

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

LEONARDO VENÂNCIO MAZIERO

**A GEOGRAFIA URBANA NA CASA DE DONA YAYÁ:
uma proposta didática**

**São Paulo, SP
Dezembro, 2025**

LEONARDO VENÂNCIO MAZIERO

**A GEOGRAFIA URBANA NA CASA DE DONA YAYÁ:
uma proposta didática**

Trabalho de Graduação Individual
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone
Scifoni

**São Paulo, SP
Dezembro, 2025**

Agradecimentos:

À Universidade de São Paulo pelas oportunidades tantas que me proporcionou durante a graduação e pela formação ímpar.

Aos meus pais que fizeram com que eu chegasse até aqui, abrindo o meu caminho e segurando minha mão.

Aos meus avós que, cada um à sua maneira, me nutriram de amor e cuidado e acompanharam de perto meu crescimento nessa jornada.

Aos meus geógrafos favoritos, tia Andréa e tio Sandro, que desde pequeno foram minhas inspirações acadêmicas e meus mais próximos confidentes.

Aos meus tios que sempre estiveram disponíveis para meu auxílio e sua presença.

Aos meus irmãos, Guilherme e Gabriel, que tenham ainda mais oportunidades das que eu tive e trilhem um caminho brilhante à sua forma.

Ao meu padrasto, Celso, e minha madrasta, Thaynara, que se constituíram em minha segunda família.

À Weronika da Silva e Eduarda Magossi que foram e são meu anteparo e das maiores incentivadoras há mais de uma década.

À Sofia Diogo e Núria Campo que me acompanharam carinhosamente desde o início da graduação.

A todos os colegas e amigos que conheci nesses 5 anos.

Ao Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP pela oportunidade de me encontrar enquanto profissional e inspirar esse trabalho.

À Maria del Carmen, minha chefe, pela confiança em meu trabalho e apoio incondicional dentro e fora do CPC.

Aos meus colegas de trabalho pela partilha de minhas realizações profissionais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Simone Scifoni, por ter feito me apaixonar pela geografia urbana e por ser meu farol nesse último ano.

*“Todos esses que aí estão,
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”*
- Mário Quintana

Resumo

O trabalho educativo em instituições culturais e de memória possui dificuldades intrínsecas à sua existência e que, por muitas vezes, constituem limitações para a execução e continuidade de determinados projetos. A alta rotatividade de estagiários e bolsistas, os principais componentes de um educativo, e a diversidade de sua formação são algumas. E na Casa de Dona Yayá, tal sina não é diferente. Como, então, construir um projeto que perdure para além da vigência de um estagiário? É neste sentido que o trabalho se desenvolve. Através da demonstração da produção e reprodução do espaço de São Paulo, do bairro do Bexiga e levando em consideração que o educativo da Casa de Dona Yayá, administrada pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), busca fortalecer as ligações com o bairro é proposto um roteiro que seja capaz de articulá-los. Partiu-se do princípio de que a história da Casa e de Dona Yayá possuem diversas imbricações com a maneira que a cidade de São Paulo se estruturou e se estrutura. Assim, a forma em roteiro leva em consideração que a ciência geográfica e seus métodos podem contribuir positivamente para o intento da Casa, principalmente pela Geografia Urbana, vertente que estuda o espaço urbano, sua produção e reprodução e os fenômenos que nele acontecem. Os resultados são um caderno para o roteiro destinado aos visitantes, que discrimina os pontos mais propícios escolhidos para a discussão proposta, e um guia de recomendações destinado aos estagiários, que apresenta conceitos da Geografia Urbana e sua contribuição para o trajeto.

Palavras-chave: Geografia urbana; Urbanização de São Paulo; trabalho educativo; proposta didática; Casa de Dona Yayá.

Sumário

1. Introdução.....	5
1.1 Metodologia	7
2. A urbanização da cidade de São Paulo.....	9
3. A urbanização do Bexiga.....	18
4. A história de Dona Yayá, da Casa do Bexiga e do Centro de Preservação Cultural	29
4.1 Dona Yayá	29
4.2 A Casa do Bexiga	36
4.3 O Centro de Preservação Cultural da USP.....	40
5. Proposta didática	42
6. As contribuições da Geografia Urbana para o trabalho educativo.....	45
7. Conclusão.....	48
8. Referências	50
9. Apêndices.....	53

1. Introdução

Os educativos constituem um corpo de estudantes que promovem atividades educacionais em espaços administrativamente não-formais de educação, como em museus e espaços de memória. Habitualmente, o foco de tais espaços culturais recai sobre suas coleções, objetos e/ou acervos materiais e imateriais de que dispõem, logo, as ações educativas empenhadas possuem como objetivo enaltecer o caráter exposto e enriquecer a experiência das visitas.

Assim, o trabalho de um educativo dentro do sistema de ensino formal é volátil e merece atenção. Muito embora não exista para desenvolver as habilidades e os conhecimentos dispostos nos currículos de ensino, os educativos podem ser uma ferramenta de aproximação e/ou complemento do conteúdo teórico exposto em sala de aula, através das parcerias com escolas. Nesse cerne surgem seus maiores trunfos e desafios.

O corpo de educadores presente nessas instituições, por sua vez, porta uma especificidade. Como apresentado por Marandino (2014, p. 174), trata-se de profissionais “sem profissão”, formados no dia a dia do trabalho educativo. Dessa forma, sua organização se concentra em torno de um ou dois educadores fixos e um corpo de bolsistas e estagiários de universidades intermitente, que se renova a cada período. Sua constituição, por não ser fixa, lida com a dificuldade da permanência de projetos e trabalhos, ao mesmo tempo que é justamente aí que nasce a pluralidade de visões sobre aquilo que se é apresentado para quem busca esses espaços de visita.

A área de pesquisa desse trabalho está localizada na sede do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC/USP), a Casa de Dona Yayá, bem como seus arredores, no bairro do Bexiga, distrito da Bela Vista, São Paulo.

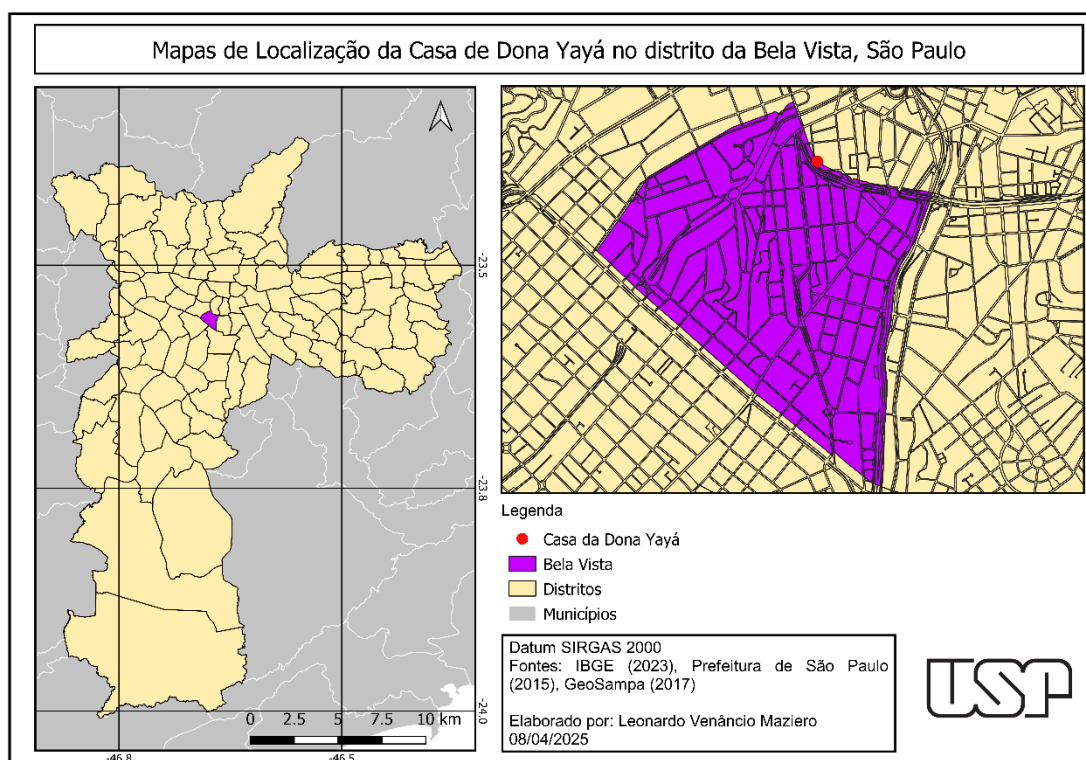
O Centro de Preservação Cultural é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU) da USP que se dedica aos estudos e reflexões sobre patrimônio cultural e à colaboração multifacetada com os bens culturais da universidade. Nasceu em 2004, como redesignação da antiga Comissão do Patrimônio Cultural, criada ainda nos anos 1980 para estudos e análises do patrimônio da USP.

A Casa de Dona Yayá abriga, desde 2004, a sede do CPC e é tombada em instância municipal e estadual, como importante espaço de memória que conta a

história do morar em São Paulo e o cuidar das pessoas consideradas doentes mentais, personificada por Sebastiana de Mello Freire (a Dona Yayá), no fim do século XIX e início do século XX.

Abaixo encontra-se o mapa da área de pesquisa que localiza espacialmente a Casa de Dona Yayá no distrito da Bela Vista em São Paulo.

Figura 1: mapa de localização.



Fonte: elaborado pelo autor, 08 de abr. de 2025.

O trabalho educativo na Casa de Dona Yayá, por ser um espaço de memória, está associado a contar a história da casa, do seu entorno e de sua moradora mais ilustre que dá seu nome, uma vez que não possui um grande acervo passível de visitação ou uma coleção de objetos para exposição. Dessa maneira, depende-se sobremaneira dos indivíduos e a formação na atuação não dá conta da amplitude dos conteúdos que podem ser trabalhados, como, por exemplo, a relação entre a geografia urbana de São Paulo e a história de Yayá.

Na gestão de Martha Marandino e Simone Scifoni (2018-2022) no CPC/USP, foi apresentado um Programa de Educação Patrimonial, voltado à definição de objetivos, planejamento de ações e previsão de processos de avaliação constante para o educativo. Entre outras coisas, preconizava a ação educativa como processo

dialógico, atividade crítica e a construção de conhecimentos. Este programa apresenta uma visão muito bem estruturada do trabalho educativo, mas que se perdeu na troca de gestão.

Somado a isso, sua constituição atual é curiosa, já que cada pessoa provém de um curso diferente da USP: a educadora é da física, o pesquisador e estagiário da geografia, assim como bolsistas da arquitetura, gestão de políticas públicas, história e ciências sociais, todos com contribuições em diferentes escalas para a atividade educativa empreendida.

Tendo, então, uma miríade de visões e com a intermitência de seus educadores, como fazer com que uma atividade educativa possa ser reaproveitada e perdurar para além de um estagiário de um curso específico? No caso do pesquisador, como aprofundar a geografia nessas atividades independentemente do aluno?

1.1 Metodologia

Diante do exposto, o trabalho buscará responder durante seu desenvolvimento a pergunta: quais são os elementos da urbanização de São Paulo que podem exemplificar a história de Dona Yayá e da Casa na escala do bairro proposto? Assim, ele se encontra dividido em cinco capítulos.

Para construção dos capítulos, foram utilizados levantamentos históricos e documentais para a construção da história da urbanização de São Paulo, da Casa de Dona Yayá e de sua ilustre moradora, bem como a avaliação de mapas e fotos antigas que articulassem visualmente o conteúdo. Adicionalmente, foi realizada entrevista com a educadora do Centro de Preservação Cultural da USP para entender o funcionamento do trabalho educativo, suas propostas e suas dificuldades. Por fim, para a proposição do caderno do roteiro, foram realizados dois trabalhos de campo, nos dias 11 e 17 de outubro, para o teste do caminho, e a produção de mapas a partir de imagens de satélite do aplicativo Google Earth Pro, para a localização da atividade proposta.

Dessa forma, num primeiro momento, haverá a apresentação da história da urbanização de São Paulo e do nascimento do Bexiga, no fim do século XIX, a partir da constatação de momentos-chave para sua consolidação. Junto dessa articulação, encontrar-se-ão mapas que elucidam o crescimento da cidade, conjuntamente analisados nos aspectos que impingem ao conteúdo.

No segundo capítulo, voltarei minha atenção para o desenvolvimento da história do Bexiga. Como se formou, quem morava lá, quem o construiu, como se articulou com o crescimento da cidade, são algumas perguntas que guiam a revisão bibliográfica feita para esse capítulo.

Posteriormente, no terceiro capítulo, apresento a história de Dona Yayá, da Casa no Bexiga. Para isso, o trabalho documental se divide na história de Dona Yayá e na história arquitetônica da Casa, em busca de entender a relação de ambas com o bairro em análise.

O quarto capítulo será voltado para a apresentação do material didático desejado, no caso deste trabalho em forma de um roteiro guiado. O produto pensado tentará encadear os capítulos anteriormente abordados com o trabalho educativo realizado na Casa de Dona Yayá, a fim de que se demonstre, no quinto capítulo, as contribuições que uma abordagem a partir da Geografia Urbana pode desempenhar.

2. A urbanização da cidade de São Paulo: passado e presente

Segundo Langenbuch (1968, p. 119), a cidade de São Paulo experimentou um avanço demográfico e de expansão da urbanização notáveis ainda no fim do século XIX e início do século XX. A população, que era de 23.253 habitantes em 1874, saltou para cerca de 580 mil já em 1920, menos de 50 anos depois. Um crescimento de 2.490%, número muito acima do vivenciado nos últimos 50 anos, por exemplo, que foi em torno de 190% entre os censos de 1970 (São Paulo, c2024) e 2022 (IBGE, c2023). No entanto, o autor reforça que o crescimento populacional do período 1836-1874 foi muito inferior, de 12.356 habitantes para os 23 mil já mencionados (Langenbuch, 1968, p. 119). Tal crescimento, afirma Langenbuch, estaria ligado a conclusão de uma rede ferroviária básica no ano de 1875, com o que seria o início da Sorocabana e da Central do Brasil, interligadas à São Paulo *Railway*, inaugurada em 1867. Essa rede ferroviária na capital paulista proporcionou o crescimento industrial primordial da província.

A chegada da infraestrutura ferroviária provocou uma reconfiguração de função do centro e uma primeira onda de expansão da cidade. Nice L. Müller (1958, p. 129) confirma que o atual centro da cidade, o triângulo histórico, começou a concentrar funções administrativas e comerciais da cidade, como o comércio de pequeno porte de hortaliças, ainda no século XVIII. Todavia, é a partir do final do século XIX que a função residencial e de um comércio simples do centro passa a ser substituída por um setor de serviços, médicos e advogados, por exemplo, perdendo sua característica residencial, muito devido à presença das ferrovias, com destaque para a estação da Luz, novo ponto de entrada da cidade (Müller, 1958, p. 131-132).

Dessa forma, como podemos observar no Plan'-História da Cidade de São Paulo (figura 2), produzido por Affonso A. de Freitas, a extensão da área urbanizada de São Paulo estava quase que restrita ao chamado triângulo histórico, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, até 1874. Entretanto, já começamos a perceber um avanço na direção oeste, após o vale do Anhangabaú, ao norte, no bairro do Guaré (Luz), e ao sul, na Liberdade, além dos planos de arruamentos na direção das chácaras do Bom Retiro (norte), Campo Redondo (noroeste), do Bexiga e do Barão de Limeira (sudoeste), da Rua do Brás e da Rua da Mooca (leste).

Já na Planta da Cidade de São Paulo de 1881 (figura 3), organizada pela Companhia Cantareira e Esgotos e feita por Henry B. Joyner, percebemos o rápido

crescimento da cidade para além do Anhangabaú. A República, em direção à Vila Buarque e Santa Cecília, e a Santa Ifigênia, em direção aos Campos Elíseos, encontram-se bem mais ocupadas que no mapeamento de 1874, bem como os arredores da estação da Luz.

Figura 2: mapa Plan'-Historia de São Paulo de 1874.



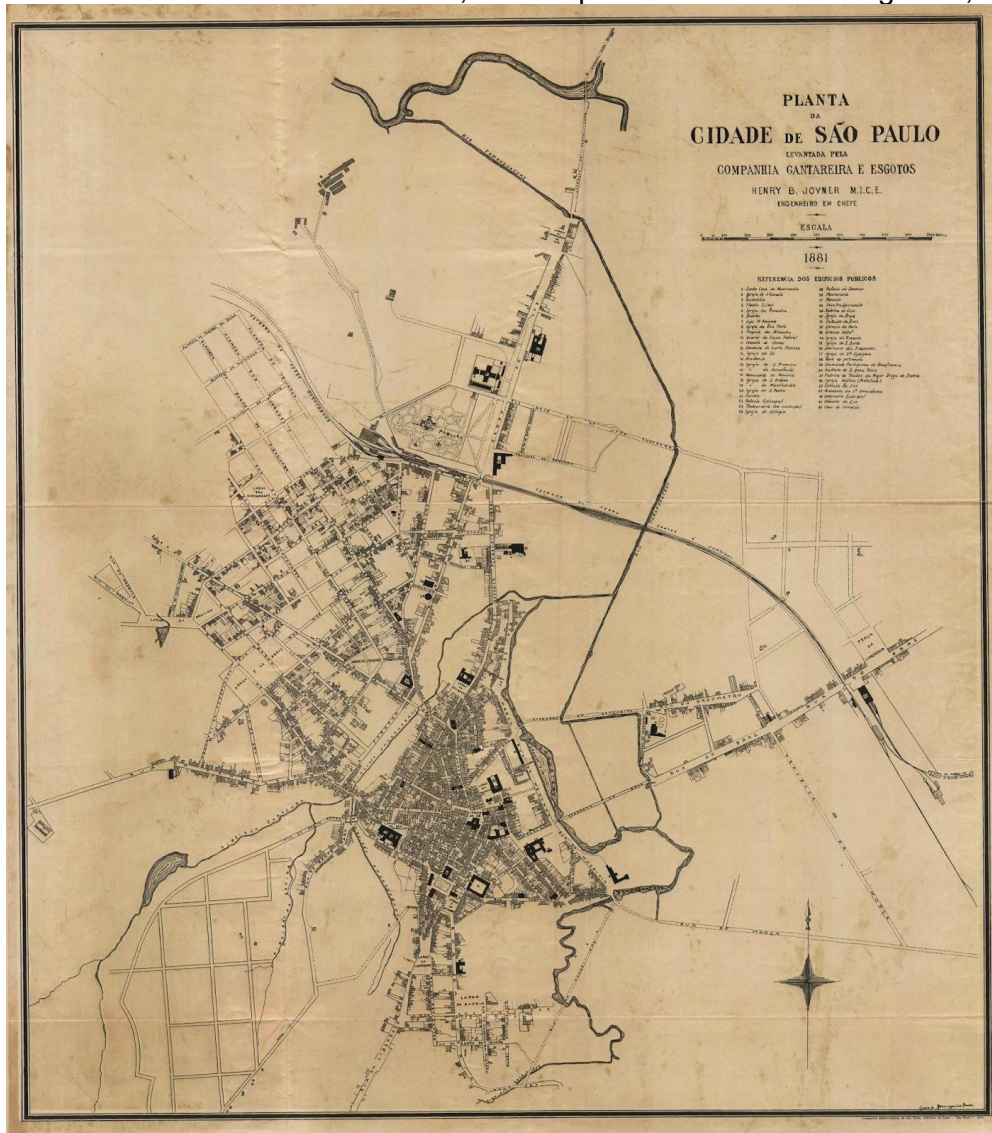
Fonte: Affonso A. de Freitas, 1874. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, percebemos avanços pontuais. Mais numerosa já era a região da Liberdade e com expansão para o bairro da Glória iniciada. Nos terrenos adjacentes das ruas da Consolação e Santo Amaro também é notável o avanço. No Brás, para além do Tamanduateí, vemos a importância da São Paulo *Railway* e da Central do Brasil para a urbanização local na Rua do Brás (hoje Avenida Rangel Pestana) e os planos de urbanização para aquela região, semelhantes ao tamanho

encontrado à oeste do Anhangabaú. Ademais, são visíveis os planos de arruamento do Bexiga (à sudoeste) e da Rua da Mooca (à sudeste).

Por fim, vale comentar a retificação do rio Tamandateí, que já havia se iniciado no mapeamento anterior. Em 1881, as obras do canal chegavam até a altura da Rua do Brás e se estendiam até desaguar no Tietê.

Figura 3: Planta da Cidade de São Paulo, da Companhia Cantareira e Esgotos, de 1881.



Fonte: Companhia Cantareira e Esgotos, 1881. Acervo Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

É interessante notar, por fim, a diferença entre a cidade velha/triângulo histórico da cidade nova, à esquerda do Anhangabaú, no quesito da disposição das ruas. Na parte mais antiga, mostram-se ruas curvas, com vielas estreitas e curtas, amplamente limitadas pelos cursos hídricos, contrariamente a parte mais nova, de um rigor

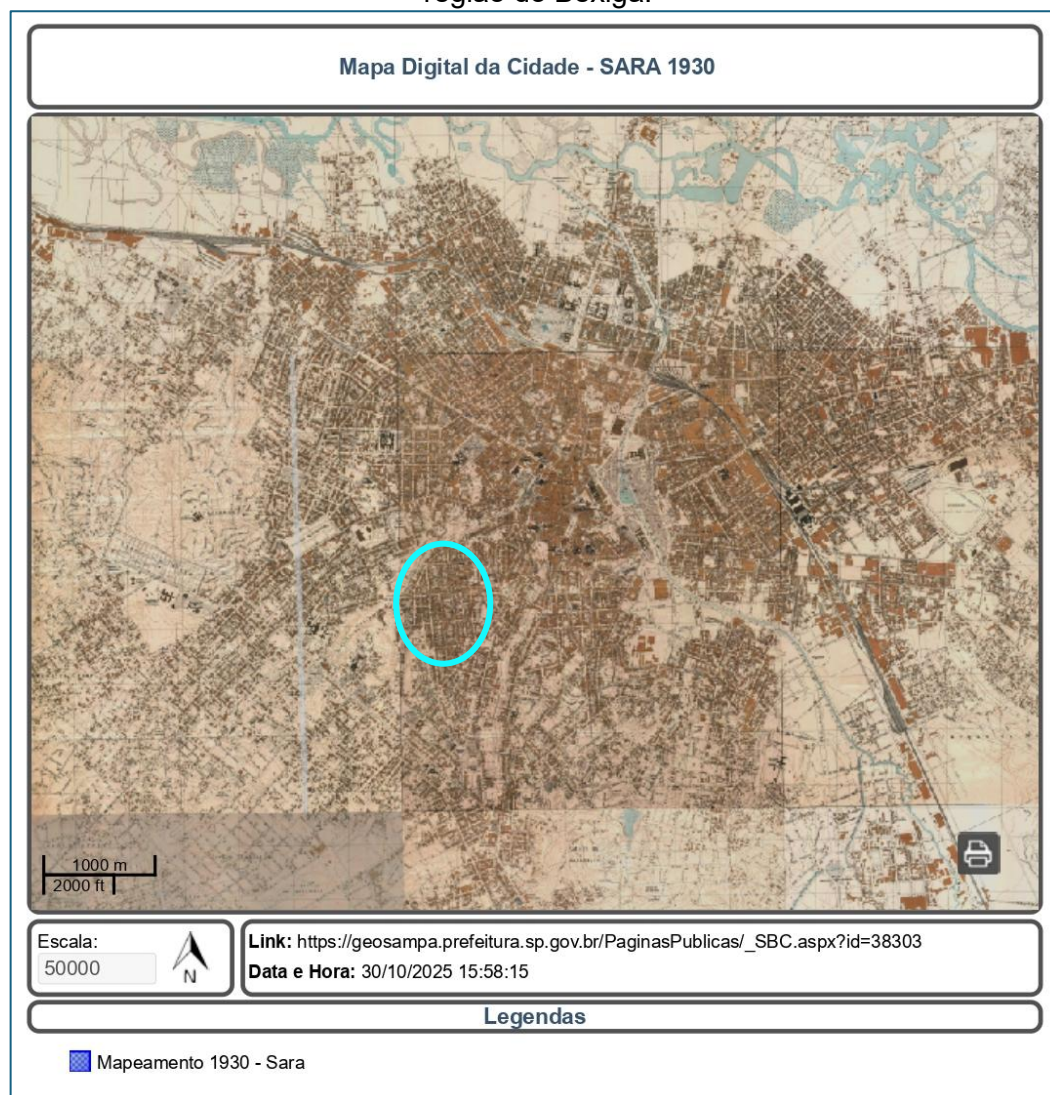
simétrico exacerbado. Sobre essas diferenças, Holanda (1995) compara as empreitadas coloniais de Portugal e Espanha no continente americano. Ele expôs que a coroa portuguesa, contrariamente à espanhola, não possuía maiores interesses na construção de uma infraestrutura básica em terras brasileiras devido ao caráter mais explorador que devidamente colonizador da colônia, resultado dos menores recursos disponíveis (1995, p. 108-109). Tal característica resultava na construção de vilas que obedeciam “as sugestões topográficas”, na “rotina” e em “experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras” (1995, p. 109). É justamente esse *design* de ocupação que pode ser observado até meados do século XIX no triângulo histórico da cidade de São Paulo, em contraste claro com o que viria a se suceder nas regiões da República e Santa Ifigênia, produto de uma racionalidade simétrica semelhante à colonização espanhola das américas, nos termos de Holanda (1995, p. 109).

Durante o início do século XX, até os anos de 1940, a expansão do parque industrial paulistano balizou o crescimento da cidade. Langenbuch (1968, p. 205-206) afirma que as indústrias preferiam a instalação na beira dos ramais ferroviários e, conseqüentemente, os operários das plantas buscavam se instalar nos bairros adjacentes, explicando o intenso desenvolvimento urbano da Lapa até o Ipiranga, na São Paulo *Railway*, e da zona leste (Brás, Mooca, Belémzinho), na Central do Brasil. No mapa de 1930 (figura 4) da *Società Anonima Rillevamenti Aerofotogrammetrici* (SARA), observamos uma grande e rápida expansão do tecido urbano de São Paulo, primordialmente no sentido das estradas de ferro, como constatou Langenbuch (1968). No oval azul, o Bexiga já aparece completamente ocupado, em contraste com a região próxima do espigão da avenida Paulista, ainda não totalmente construída.

Até a década de 1940, o principal esquema de moradia para os operários eram as casas alugadas em vilas ou por investidores no mercado de aluguéis, seja pela falta de ampliação da infraestrutura urbana para a aquisição de lotes e uma legislação proibitiva, seja pelos salários baixos (Bonduki, 2011, p. 283-284). Enquanto isso, aqueles que nem sequer recebiam salários ou procuravam por aluguéis mais baixos, moravam nos cortiços, instalações coletivas e de aglomeração intensa, comum em bairros como o Bexiga por conta da estrutura de suas casas (Scarlato, 1988, p. 69-70). Na busca por modernizar a cidade e sob o argumento higienista, diversos cortiços e habitações populares foram derrubados, vales inteiramente transformados e amplas vias de circulação instaladas em reformas urbanas, como o Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia, na virada para a década de 1940 (Petrone, 1958, p. 152). As

grandes intervenções no tecido urbano causadas pelo Plano de Avenidas evidenciam o processo de segregação socioespacial, com um conteúdo de classe e racial fortíssimos, que se tornaria regra na vida da cidade de São Paulo, como veremos

Figura 4: Fragmento do mapeamento SARA da cidade de São Paulo, 1930. Em azul, a região do Bexiga.



Fonte: Adaptado de GeoSampa, 30/10/2025.

Após 1940, em São Paulo, como aponta Nabil Bonduki (2011, p. 287), consolidou-se o processo de produção periférica da cidade a partir da autoconstrução. O poder público não apenas aquietou-se frente a expansão de loteamentos clandestinos na periferia da cidade, como também os estimulou de certa forma, flexibilizando as formas de pagamento e a fiscalização, desestimulando o mercado rentista através da Lei do Inquilinato de 1942 e, em troca, não se preocupava em levar à essas localidades os serviços públicos urbanos, já que não eram legalizados.

Restava aos trabalhadores, então, a compra desses lotes baratos e a construção por conta de suas casas, sob a ilusão da 'casa própria' melhor que os cortiços do centro (Bonduki, 2011, p. 291-292). Estabeleceu-se o modelo de produção do espaço urbano na precariedade que os loteamentos irregulares e a autoconstrução proporcionavam, crescendo demasiadamente os limites da cidade nas décadas que se seguiriam, enquanto o centro e seus arredores se aburguesavam cada vez mais com as reformas urbanas que expulsavam os negros e pobres, intensificando o processo de segregação socioespacial.

Ao mesmo tempo, crescia outro tipo de morfologia do urbano, ligada às pessoas mais vulneráveis, aquelas expulsas dos cortiços pelas reformas urbanas e sem dinheiro para a autoconstrução. Jorge Barbosa (2012), ao comentar sobre o surgimento das favelas no Rio de Janeiro, dá vislumbres sobre essa nova forma de moradia. Ligada à rápida expansão urbana que o Brasil experimentou no século XX, as favelas são uma morfologia do urbano precária e na fronteira de seu avanço pelo espaço surgida pela incapacidade do Estado diante da demanda habitacional crescente (2012, p. 96-97). Dessa maneira, a autoconstrução e as favelas andam juntas na história da segregação socioespacial das cidades, principalmente de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

Bonduki (2011, p. 282) acrescenta, ainda, que o Estado até tentou acampar um tipo de moradia que preconizasse a habitação social: os prédios construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's). Prédios destinados aos trabalhadores vinculados aos institutos, o arquiteto acrescenta que, embora fossem ótimas construções inspiradas na habitação social europeia, não passou de mero experimento frente à necessidade da moradia, acrescentado ao fato de que apenas trabalhadores no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tinham acesso, excluindo aqueles trabalhadores informais ou desempregados (2011, p. 287-288).

Frente a uma produção galopante do espaço urbano a partir das autoconstruções e das favelas, o Estado passa a intervir na periferia com premissas de um urbanismo moderno. Amélia Damiani (1993, p. 18-20) apresenta que ele passaria a atuar na produção de habitações de cunho social para sanar o déficit habitacional gerado pela apropriação privada da terra e do espaço urbano. Todavia, a forma com que foi feito evidencia o que há de pior na pobreza da vida urbana, uma vez que a estrutura em grandes áreas que compreendem todas as necessidades daquela população (saúde, educação, trabalho e lazer), transformando-as em ilhas

que não conversam com a cidade ao seu redor, sedimentando o processo de segregação (idem, p. 18-19). Em São Paulo, um dos maiores exemplos desse tipo de intervenção na produção do espaço urbano é o Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes, de uma imensidão ímpar e que, de tão segregado, está quase localizado no município vizinho de Ferraz de Vasconcelos.

Ainda nos anos 1970, uma série de mudanças estruturais do capitalismo levariam a uma grande reorganização da produção e reprodução do espaço urbano. David Harvey (2011, p. 16-30) demonstra que com a crise de imobilidade de capital na década de 1970 provocou uma série de reformas produtivas para aumento da taxa de lucro, desde a mundialização das plantas fabris até a desmobilização do trabalho. Este fenômeno provocaria uma reestruturação urbana sem precedentes, como aponta Lencioni (2008). Antes de trazer dois conceitos que a autora mobiliza para entender a transformação que as metrópoles sofreriam, principalmente São Paulo no Brasil, proponho introduzir a raridade do espaço e espaço como valor de troca a partir de Carlos (2017).

Para explicar as operações urbanas, Ana Fani nos apresenta, primordialmente, a raridade do espaço. A constante produção do espaço urbano, no parcelamento e loteamento das antigas chácaras ou na ocupação de terrenos baldios, por exemplo, cria paulatinamente uma escassez de áreas propícias ao avanço da urbanização e da realização da reprodução do capital, a ponto de uma cidade ficar 'cheia', sem possibilidade de novas construções, configurando a raridade (2017, p. 18). Numa metrópole que cresceu rapidamente, como São Paulo, já no fim do século XX a raridade do espaço era processo proeminente por toda sua área. É para resolver a questão da raridade que devemos pensar o espaço com um valor simbólico, seja de uso, seja de troca. Diante da raridade do espaço urbano, a necessidade de crescimento e manutenção da acumulação de capital passa por cima de interesses de populações locais, sua vivência e sua identificação com o lugar, a fim de que se mantenha o ritmo. Dessa forma, operações urbanas são criadas para substituir grandes áreas residenciais e de comércios locais para dar lugar a avenidas largas e com prédios de escritórios espelhados enormes, como foi o caso da Faria Lima. A lógica é, de certa maneira, simples: quem dá mais e quem mais proporciona retorno ao capital e quem tem prioridade na construção das metrópoles, é o espaço como valor de troca (Carlos, 2017, p. 13).

Tendo apresentado que o espaço urbano está sujeito à saturação e a manobras para reverter essa situação é que podemos pensar os conceitos de concentração e centralização do capital propostos por Sandra Lencioni (2008). A concentração refere-se àquela da reprodução do capital no Brasil, no estado de São Paulo até 150 quilômetros da capital. As plantas fabris, que até os anos 1970 se concentravam na capital, na região do ABC e em países centrais do capitalismo, com a reestruturação produtiva que buscava diminuir sobremaneira os custos de produção passaram a se interiorizar em locais com facilidade de escoamento produtivo e custos de mão de obra reduzidos. Na indústria automotiva, como amostra, Volkswagen, General Motors e Ford, os grupos de veículos de passeio mais antigos do país, abriram plantas montadoras em São José dos Pinhais (PR), Gravataí (RS) e Camaçari (BA), respectivamente, no período 1999-2001, enquanto novos grupos, como Honda, Renault e Peugeot-Citröen se instalaram em Sumaré (SP), São José dos Pinhais (PR) novamente e Porto Real (RJ), por sua vez (Anfavea, c2025). Ainda assim, mesmo com uma pretensa dispersão, o estado de São Paulo concentrava, em 2005, 32,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (IBGE, 2005 *apud* Lencioni, 2008, p. 12), cifra que caiu para 30,18% em 2021 (IBGE, c2025), continuando próximo de um terço 40 anos depois do início do processo de reestruturação urbana e produtiva. Já a centralização diz respeito à conjunção de capitais individuais em um único para fortalecimento do poder econômico de um determinado grupo ou setor. Como se traduz numa unificação do controle empresarial, a centralização prioriza o espaço da metrópole e, especialmente, o da cidade de São Paulo, já que concentra atividades caras à gestão do grupo, como serviços jurídicos, consultoria e publicidade (Lencioni, 2008, p. 12-13). Na cidade de São Paulo, então, a centralização foi o principal processo de promoção de operações urbanas, a saber Faria Lima (1995) e Águas Espraiadas (2001), que alteraram profundamente o caráter residencial popular da região do Itaim Bibi para se tornar o centro financeiro do país (Carlos, 2017, p. 14). Muito embora as plantas fabris tenham se mudado para o interior, as sedes dessas empresas permaneceram na cidade de São Paulo, naquele espaço construído especialmente para elas.

Cabe aqui fazer um questionamento: por que produzir uma nova centralidade em outro espaço da metrópole? Para respondê-lo, trago Glória Alves (2015). Até fins da década de 1960, o centro de São Paulo, não o histórico, mas o que hoje é a subprefeitura da Sé, concentrava as atividades ligadas ao comércio e serviços da

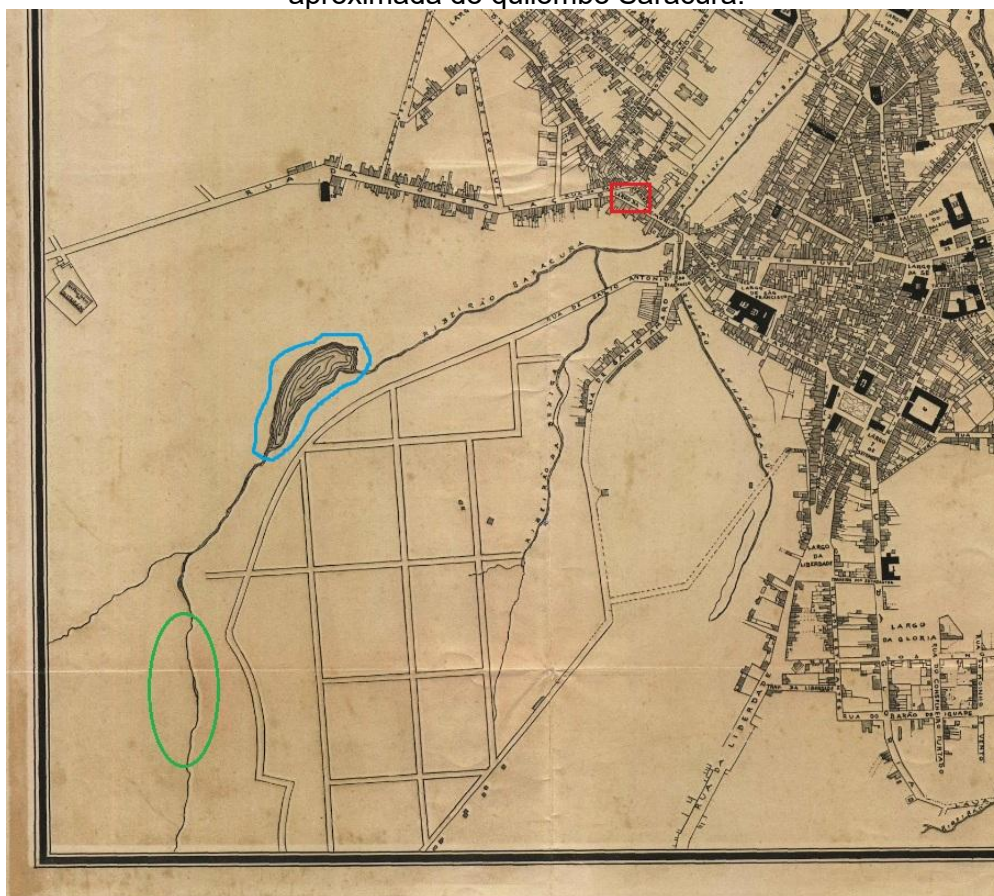
cidade e, assim, os empregos. Era a centralidade da cidade (idem, ibidem, p. 145). Entretanto, voltando à raridade do espaço urbano, as ruas estreitas, o preço elevado dos terrenos e os edifícios obsoletos tornaram o centro uma área desinteressante à reprodução do capital. É a partir daqui que há a migração de centralidade, passando daquele centro em direção à sudoeste, passando pela Avenida Paulista e chegando às avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini e Brigadeiro Faria Lima nos anos 1980-90 (idem, ibidem, p. 147-148).

Por fim, desde o início desse movimento, o primeiro centro de São Paulo passa a ser alvo de uma revalorização de seu espaço, com o objetivo de expulsar a população mais empobrecida que ocupou este lugar da cidade após a fuga do capital, através de operações urbanas, como a Nova Luz (Alves, 2015, p. 146-147). Assistimos atualmente o processo da gentrificação, como apresentado por Neil Smith (2007), em que a população pobre que ocupou o centro vai sendo substituída por um estilo de vida de classe média mais elevada, com o propósito de acabar com o *rent gap* (diferença entre o potencial de renda da terra e a renda da terra atual) em vigor. Em São Paulo, essa 'reconquista do centro' pelas classes mais elevadas toma os desenhos dos novos produtos imobiliários a que se refere Pádua (2015, p. 147-148), com a característica de serem clubes que transformam o morador em consumidor de um estilo de vida ao promoverem uma autosegregação da cidade, mesmo estando no centro.

3. A urbanização do Bexiga

O Bexiga tem sua ocupação iniciada muito antes da urbanização do bairro, apenas nos fins do século XIX, com o arruamento e loteamento. Como evidencia Castro (2006, p. 51-55), pelo Largo do Piques, na região da Praça da Bandeira e principal conexão de São Paulo com o interior, era realizado o comércio de escravos. Na beira do ribeirão Saracura, muitos escravos fugidos subiram o rio, passando pelo Tanque do Reúno, que abastecia a cidade, e se instalaram em um quilombo nas proximidades das nascentes do Saracura (figura 5). Relatos da existência desse quilombo remontam ao século XVIII (Castro, 2006, p. 53). Fica claro, assim, que a origem do bairro está profundamente ligada com a história da resistência da população africana escravizada.

Figura 5: mapa da Companhia Cantareira de Esgotos, de 1881. Em vermelho, o Largo do Piques (Largo da Memória), em azul, o Tanque do Reúno, e em verde, a localização aproximada do quilombo Saracura.



Fonte: adaptado de Companhia Cantareira de Esgotos, 1881. Acervo Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

Um dos aspectos interessantes de sua história recai justamente em seu nome: Bexiga. São as Atas da Câmara de 1793 que evidenciam pela primeira vez o uso do nome. D'Elboux & Moura (2020, p. 23-25), assim, elencam algumas origens possíveis do nome. A primeira delas reside no fato de que, desde o ano de 1774, foi construído, nas imediações do que viria a ser a chácara do Bexiga, na beira do ribeirão Itororó, o abatedouro municipal de São Paulo: o nome viria então do órgão homônimo das carcaças dos animais que eram jogadas ribeirão abaixo ou pelo seu comércio. Uma segunda origem teria a ver com a Varíola, cujo nome popular era Bexiga, pois causava bolhas amareladas na pele do infectado: as imediações do bairro seriam usadas como lugar de quarentena dos doentes no século XIX. Uma última considera que poderia ter surgido a partir do sobrenome de um dono de terras da época, muito embora nenhum registro tenha sido encontrado. A hipótese mais aceita, segundo D'Elboux & Moura (2020), consistia naquela do matadouro. Conforme a ocupação do bairro foi avançando e o perfil dos moradores se alterando, como veremos, o nome Bexiga foi, primeiramente, substituído por sua variante oral Bixiga. Tal mudança estaria relacionada com o crescimento do número de italianos e descendentes de italianos na região, bem como de um *lobby* exercido por Armando Puglisi para valorizar as raízes europeias do bairro (D'Elboux; Moura, 2020, p. 24). Por fim, o bairro passou a ser chamado de Bela Vista, nome instituído pela Lei nº 1.242 de 1910, numa tentativa clara de revalorização das terras do bairro e que é maior, atualmente, que os próprios limites do loteamento inicial.

Oficialmente, o arruamento do bairro teve início com os planos de fragmentação e loteamento de Antônio José Leite Braga, por ocasião da compra da chácara Bexiga, no ano de 1878 (D'Elboux; Moura, 2020, p. 26). Entretanto, como esclarecem as autoras, apenas em 1890 os planos de arruamento para loteamento foram postos em prática, a partir da continuidade dos planos de Leite Braga pelo seu sucessor, Fernando Albuquerque (2020, p. 28-30).

Uma característica da ocupação então proposta por Albuquerque foi o estreitamento da fachada e o alongamento do terreno, tornando-os longilíneos, maximizando o número de lotes e, por conseguinte, o lucro com a operação. O resultado dessa forma de ocupação, como demonstram Mendes (1958, p. 280) e D'Elboux & Moura (2020, p. 30), foram atritos constantes dos moradores entre si e com o Estado, que negligenciou o bairro em seus planos de implantação e

modernização de infraestrutura, acirrando ainda mais a disputa pelo espaço de moradia.

Sobre os caracteres dessa ocupação, Sheila Schneck (2010, p. 97) escreve que, com o loteamento em fins do século XIX, cerca de 65% dos proprietários das terras no Bexiga eram italianos, revertendo a dinâmica de ocupação negra. O valor das terras, porém, era muito baixo, visto que a região era isolada do restante da cidade e várias áreas estavam sujeitas a inundação dos rios e ribeirões adjacentes, bem como por ser o lugar do refúgio dos escravos fugidos e do meretrício (Schneck, 2010, p. 79-80).

Desde seu arruamento, o Bexiga passou por um processo rápido de construção (figura 6), como constata Mendes (1958, p. 278-279):

“Tudo indica que tal urbanização se processou de forma muito rápida, pois de outra maneira o bairro em estudo não apresentaria a uniformidade, até há bem pouco existente, no que se refere aos tipos de construções, em sua maior parte térreas e geminadas, destinadas quase sempre à locação. Seu estilo corresponde ao que esteve em moda na derradeira vintena do século XIX.”

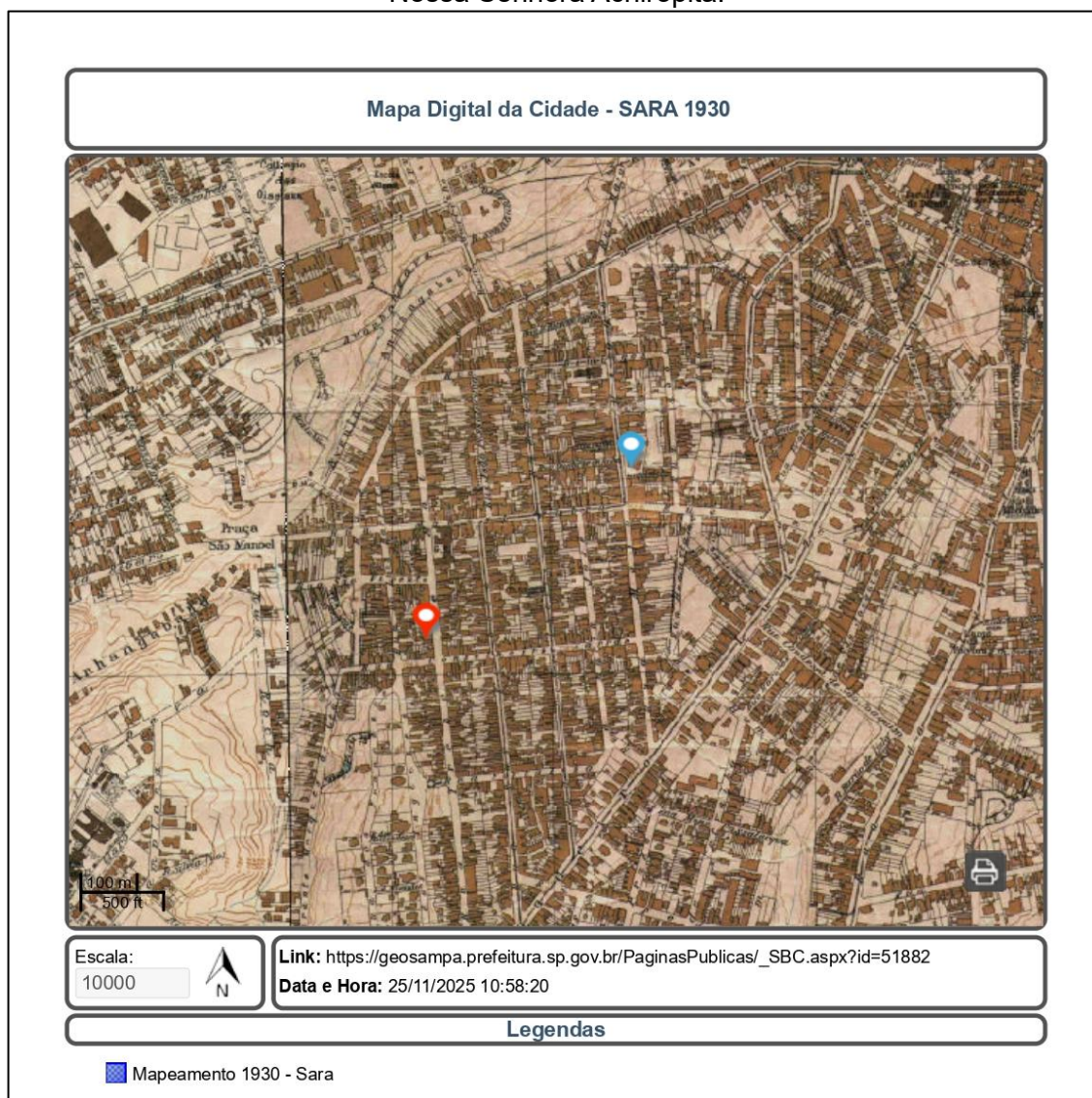
Figura 6: Planta Geral da Cidade de São Paulo, de 1905, com destaque à região do Bexiga, já quase toda ocupada (em cinza).



Fonte: adaptado de Cococi & Costa, 1905. Acervo Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Como vemos no mapeamento do SARA Brasil (figura 7), de 1930, o Bexiga já aparecia completamente ocupado, com suas casas feitas por *capomastri*¹ calabreses e comércios de alfaiates e marceneiros (Castro, 2006, p. 57-58). A expressão maior da cultura calabresa é a construção da paróquia Nossa Senhora Achiropita, na rua Treze de Maio, em 1926 e sua festa anual do mês de agosto (Achiropita, c2025).

Figura 7: O Bexiga em 1930. Em azul, a Casa de Dona Yayá, e em vermelho, a Igreja Nossa Senhora Achiropita.



Fonte: GeoSampa, 25/11/2025.

Conforme os anos foram se passando, entretanto, o perfil de ocupação das residências no bairro foi se alterando rapidamente. Scarlato (1988, p. 68-73), em sua

¹ Mestres de obras italianos que não possuíam formação acadêmica em engenharia civil ou arquitetura, mas que construíam casas populares a partir de seus próprios conhecimentos (Pareto Júnior, 2020, p. 39).

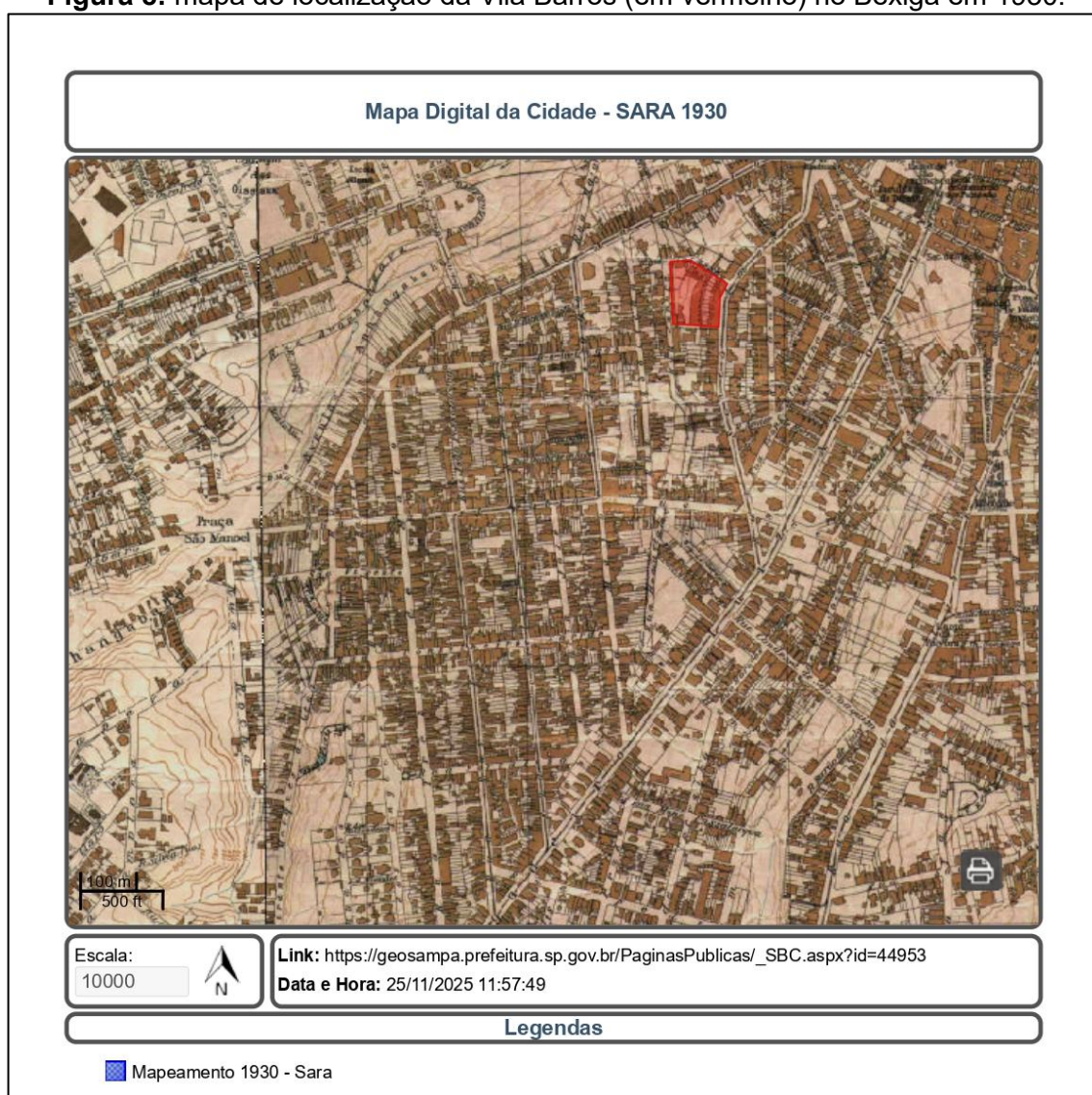
tese de doutorado sobre o Bexiga, mostra que as casas construídas pelos imigrantes italianos começaram, já na década de 1910, a se transformar em cortiços, com a adição de novos cômodos e a sublocação, para atender à crescente demanda de habitação para os trabalhadores das indústrias. Concomitantemente, o autor revela uma separação geográfica dentro do bairro em que os descendentes do quilombo Saracura e dos imigrantes italianos, ainda que vivessem em condições semelhantes, não se misturavam. Enquanto a população negra estava localizada nas partes mais baixas do Bexiga, como nas ruas Almirante Marques de Leão, Una e Cardeal Leme, os brancos se concentravam nos arredores da Achiropita, nas ruas Treze de Maio, Conselheiro Ramalho, São Domingos, Abolição, etc. (Scarlato, 1988, p. 71-72).

Durante todo o século XX, todavia, o Bexiga foi alvo de algumas intervenções urbanas que atendem ao crescimento de São Paulo. Nos anos 1940, no plano de avenidas de Prestes Maia, as obras viárias que se espalhavam pela cidade tiveram reflexos importantes no bairro. Algumas delas são a inauguração da avenida Nove de Julho, que colocou o ribeirão Saracura para baixo do concreto, e o viaduto Jacareí e Edifício Japurá (Domingues, 2017, p. 89), estes dois últimos casos claros da segregação socioespacial que tais intervenções causaram. O local onde foram construídos era o antigo leito do rio do Bexiga e estava ocupado por um grande complexo de cortiços, a Vila Barros, construído nos anos 1920. Ali, complementa Domingues, em 1941, foi inaugurado o viaduto Jacareí, ligando a avenida São Luís, na República, ao viaduto Dona Paulina, na Sé (2017, p. 90), e, em 1946, o Edifício Japurá, construído para operários beneficiados pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), com verdadeiros traços higienistas (2017, p. 109). Ou seja, a população pobre que ocupava o cortiço da Vila Barros (figuras 8 e 9) foi removida em favorecimento dos trabalhadores industriários e das vias de circulação no centro, com o argumento da higienização da cidade. No entanto, o perfil encortiçado das residências do bairro segue até hoje, como mostra a base de dados do Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa) na figura 10.

Nos anos de 1970, mais uma onda de intervenções atingiu o Bexiga, dessa vez com a construção da ligação leste-oeste. Inaugurada em 1971, a ligação une a avenida Radial Leste, na zona de mesmo nome, com o Elevado Presidente João Goulart, na Consolação. Comenta Scarlato (1988, p. 89-90) que, não apenas a construção do viaduto Júlio de Mesquita Filho (figura 11), mas a ampliação da rua Rui

Barbosa, transformada em avenida, e a construção do viaduto Armando Puglisi, também obras de conexão com a ligação leste-oeste, seccionaram o Bexiga, fragmentando-o em três grandes blocos. Nos trabalhos de campo feitos nas datas de 11 e 17 de outubro, pude observar exatamente o que o autor comenta sobre a dificuldade que a existência dessa infraestrutura impõe à vivência do bairro (Scarlato, 1988, p. 89-92). A primeira é a transposição de um lado para o outro, que apenas as ruas Humaitá/Abolição e Major Diogo realizam. A segunda são as poluições sonora, visual e do ar, que complexificam o contato de ambos os lados.

Figura 8: mapa de localização da Vila Barros (em vermelho) no Bexiga em 1930.



Fonte: GeoSampa, 25/11/2025.

Figura 9: visão interna da Vila Barros.

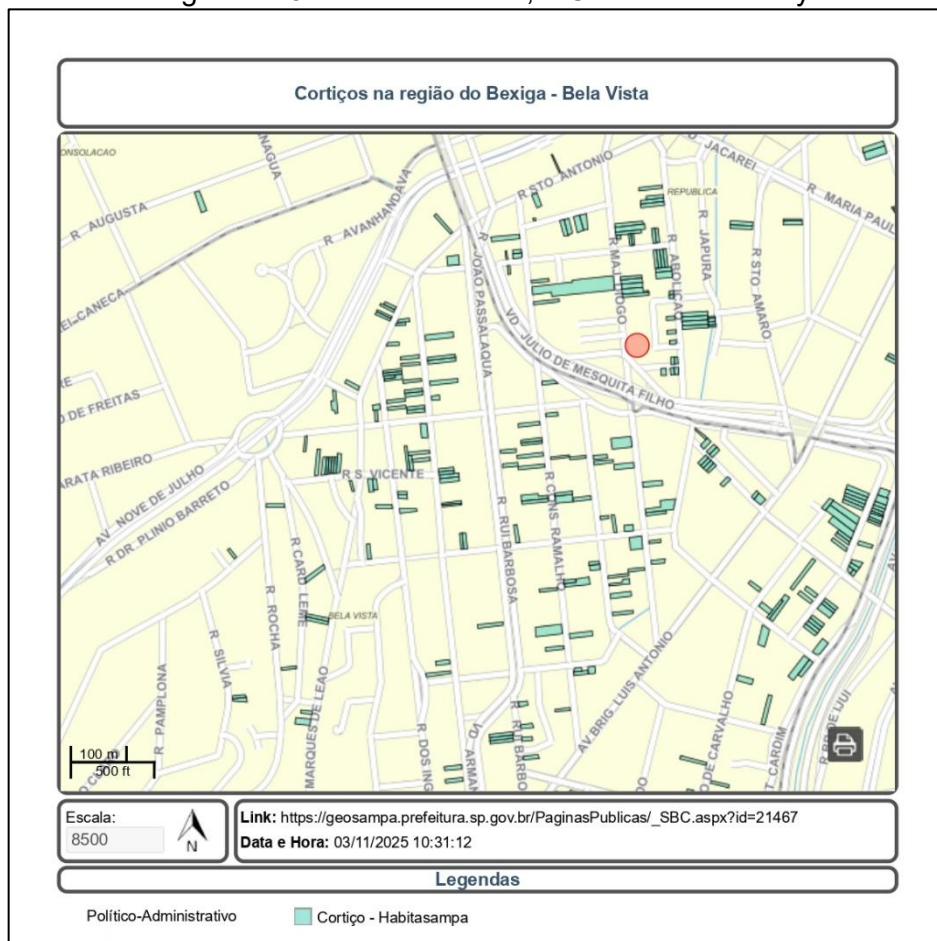


Fonte: adaptado de Duarte & Muller, 1942. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Ademais, não apenas o impacto do que vemos é grande, mas o impacto do que não vemos pode ser ainda maior. Como mostra a figura 12, elaborada por Freitas (2022, p. 45), as desapropriações para a implantação da ligação leste-oeste sobre o Bexiga e a Liberdade foram imensas áreas, chegando até duas quadras, como ocorreu em frente à Casa de Dona Yayá. Ali, a rua Jaceguai foi desviada para a existência de um canteiro de obras, que hoje é um ecoponto, e que tomou grande parte da antiga quadra e parte do terreno da Casa. Hoje, os vazios abaixo dos elevados da via são motivo de disputa, como é observado, com mistos de ocupação para moradia, estacionamento, sacolão, entre outros usos.

Além dessas considerações, cabe acrescentar que este projeto viário representa uma concepção das regiões centrais da cidade de São Paulo muito prevalente nos grandes agentes produtores do espaço urbano: o centro de São Paulo é uma área degradada e perigosa (Alves, 2015, p. 144). Como apresenta o dossiê “Minhocão contra a gentrificação” (2019, p. 53), da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), o próprio traçado do projeto indica isso, na direção leste-oeste e em forma de elevado, transformando todos os bairros em seu caminho como mera passagem, e não lugar de uma vivência da cidade.

Figura 10: mapa com os imóveis caracterizados como cortiços em São Paulo na região do Bexiga em 2014. Em vermelho, a Casa de Dona Yayá.



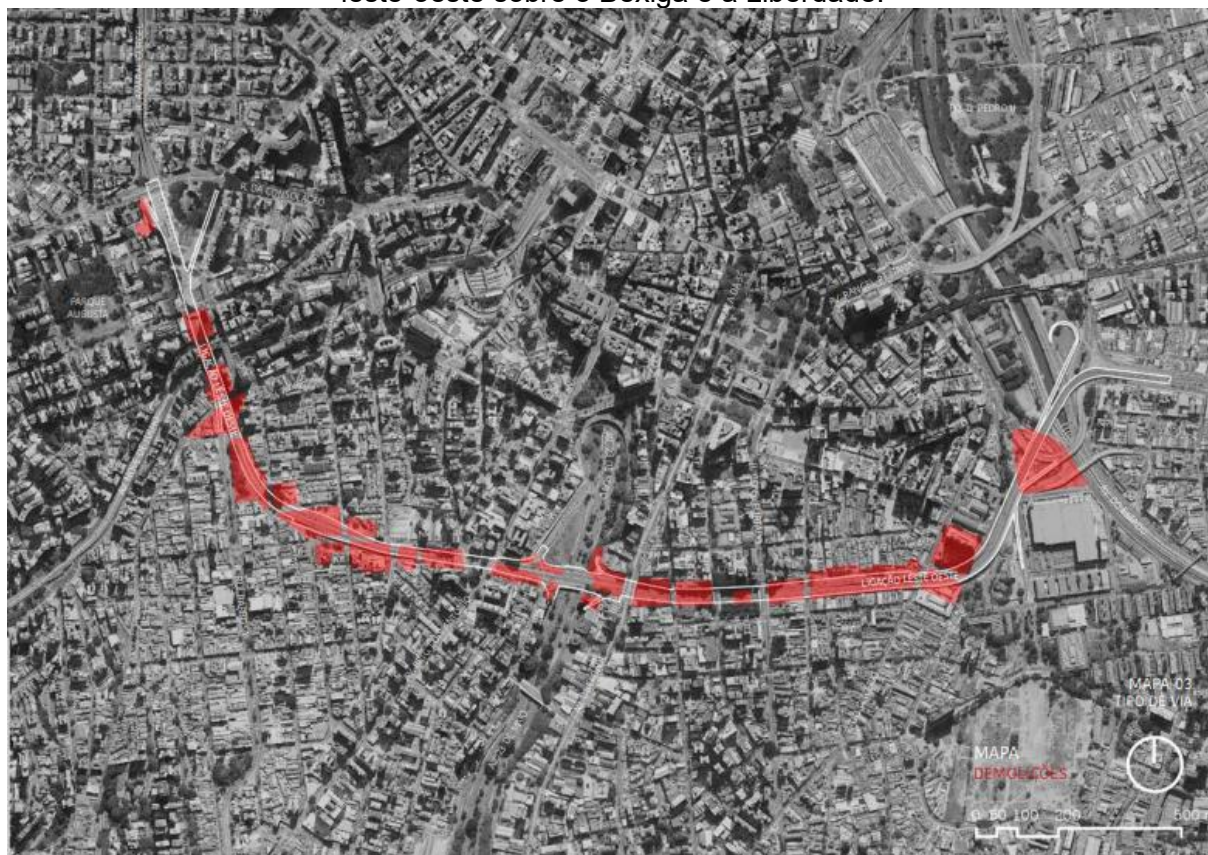
Fonte: GeoSampa, 03/11/2025.

Figura 11: vista sudoeste da Casa de Dona Yayá para o viaduto Júlio de Mesquita Filho.



Fonte: acervo pessoal do autor, 11/10/2025.

Figura 12: áreas de construções desapropriadas e derrubadas para a construção da ligação leste-oeste sobre o Bexiga e a Liberdade.



Fonte: adaptado de Freitas, 2022, p. 45.

Não apenas as grandes obras de infraestrutura viária afetaram a vida do bairro, também uma campanha para alterar sua origem. Scarlato mostra que, nos anos 1970-80, houve uma campanha para reforçar as ‘tradições italianas’ do Bexiga, principalmente aquela relacionada às cantinas. Campanha levada à cabo por personagens como Valter Taverna e Armando Puglisi, ambos donos de cantinas bem-sucedidas no bairro, escondem a origem negra do Bexiga e exaltam uma realidade produzida artificialmente pelo movimento gerado nos teatros (Scarlato, 1988, p. 154-155).

Ainda nos anos 1970, acrescenta Scarlato, o Bexiga passaria a contar com uma população cada vez maior de migrantes nordestinos. Ele apresenta que, ao contrário dos imigrantes italianos, que eram donos de pequenos comércios e pouco afeitos ao trabalho industrial, estereótipo dessa população, os migrantes nacionais chegaram ao bairro justamente como condição de assalariados e buscando aluguéis baixos, graças às condições de habitação, e a localização central. Essa chegada estaria correlacionada, ademais, com a perda das raízes culturais do Bexiga, como

defendiam Taverna e Puglisi (Scarlato, 1988, p. 97-99). Atualmente, os traços de cultura nordestina são mais raros de serem encontrados do que os da cultura afro e italiana, porém, com alguma dedicação, podem ser encontrados, visto nas figuras 13 e 14.

Figuras 13 e 14: exemplos de comércio relacionados à cultura nordestina no Bexiga.



Fonte: acervo pessoal do autor, 11/10/2025 (8) e 17/10/2025 (9).

Com a chegada dos anos 2000, ganharam força os projetos de tombamento do Bexiga. Na década de 1990, como aponta Silva Neto (2020, p. 212), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) iniciava as pesquisas para o tombamento do Bexiga, primeiramente em uma única grande área, parcelada em 3 já em 2002. Naquele mesmo ano, o Conpresp viria a tombar diversas edificações do bairro individualmente, ao invés das 3 grandes áreas propostas (Silva Neto, 2002, p. 212). Raquel Schenkman (2012, p. 325) argumenta, ademais, que o tombamento do Bexiga serviu para blindar as construções antiquíssimas do bairro e sua vivência do que aconteceu nos anos 1970, com a ligação leste-oeste, e com o bairro vizinho da Liberdade, mas não serviu como instrumento para preservar as edificações, como podemos ver nas áreas mais próximas ao Saracura. Ela demonstra, ainda, que o tombamento é uma legislação que deve ser dinâmica, considerando a transformação e os interesses da população local, resguardando a memória do bairro para o futuro (idem, ibidem, p. 327).

Ao andar nas ruas do bairro prestando atenção nas pessoas e suas conversas, percebe-se um som diferente. Além da migração dos nordestinos, de meados para o fim do século XX, vemos um movimento migratório recente. Quando se caminha no horário de entrada/saída das escolas, ouve-se pessoas falando em outras línguas, predominantemente com sonoridade semelhante àquelas do continente africano. Os aluguéis mais baixos proporcionados pelos tipos de residência mais simples, aos moldes de Scarlato (1988), e a localização privilegiada são grandes atrativos em relação aos bairros de seu entorno.

Para finalizar, um novo projeto de infraestrutura urbana tem afetado o Bexiga, principalmente os locais originalmente ocupados pela população escravizada. A chegada das obras da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo nos arredores da praça 14-Bis em 2022, para construção da estação homônima, descobriu artefatos domésticos que remontam à localização do quilombo Saracura (Silva, 2023). Após a descoberta, movimentos da cultura negra pressionaram o governo do estado para o reconhecimento do Saracura no nome da futura estação, bem como para a preservação dos artefatos encontrados sob o argumento de estarem sofrendo um apagamento cultural e histórico (Oliveira, 2024). Para relembrar: a quadra da escola de samba Vai-Vai, na esquina das ruas Doutor Lourenço Granato e Cardeal Leme, foi demolida para abrir caminho à estação, o que já representa a perda de um símbolo cultural importantíssimo para a população negra do bairro. Outra estação desta mesma linha está sendo construída dentro dos limites do Bexiga, no que era a junção da rua Rui Barbosa com a avenida Brigadeiro Luís Antônio.

4. A história de Dona Yayá, da Casa no Bexiga e do Centro de Preservação Cultural

Na história do Bexiga, Dona Yayá e sua casa são personagem e objeto intrigantes, evocando um passado que quase não se revela atualmente em sua paisagem. Atualmente, a Casa é gerida pelo Centro de Preservação Cultural da USP, que realiza atividades de educação patrimonial. Perante tal constatação e considerando os objetivos do trabalho, contar a história deles é uma necessidade para que haja articulação satisfatória com o seu desenvolvimento.

4.1 Dona Yayá

Dona Yayá (figura 15), apelido carinhoso de Sebastiana de Mello Freire, nasceu no município de Mogi das Cruzes, em 21 de janeiro de 1887, filha de Manoel de Almeida Mello Freire e Josephina Augusta de Almeida Mello. Foi a mais nova de 5 irmãos, muito embora tenha convivido apenas com 1 deles até a adolescência, Manoel de Almeida Mello Freire Filho (Rodrigues, 1999, p. 22).

Figura 15: Dona Sebastiana de Mello Freire, na altura de seus 30 anos, supõe-se.



Fonte: Acervo CPC/USP. Autor desconhecido, por volta dos anos 1910.

Desde pequena, Yayá sempre pôde desfrutar de uma vida tranquila, com os maiores requintes que o dinheiro podia comprar: seus pais eram herdeiros únicos das fazendas de café da família. Foi educada com um preceptor em casa, de nome Antonio de Barros Barreto (Rodrigues, 1999, p. 22).

Em 1900, no entanto, os pais de Dona Yayá viriam a falecer no período de dois dias, sem um saber da morte do outro (Grant, 1999, p. 65). A menina, então com 13 anos, e o irmão, com 18, mudaram-se para São Paulo, fixando residência no palacete (figura 16) dos pais na rua Sete de Abril, na República, um bairro em franco desenvolvimento de moradias de estilo burguês, como a dos Mello Freire. Junto dos irmãos, vieram para a capital paulista todos os empregados que trabalhavam com os pais. Junto dos irmãos, veio dona Caetana Grant, conhecida como Nhá Caetana e madrinha de Yayá, e sua sobrinha, dona Eliza Grant, amiga dela. Até atingir a maioridade, seu tutor foi o Doutor Albuquerque Lins, amigo de seu pai e influente político paulista, e que acabou se tornando seu advogado (Grant, 1999, p. 65).

Figura 16: palacete da rua Sete de Abril, já em demolição.



Fonte: autor desconhecido, início dos anos 1950. Acervo do Museu Paulista.

Detalhe importante e, entretanto, curioso: o testamento do pai divide a herança da família igualmente entre os dois irmãos, com ligeiras diferenças, as joias da mãe para a filha e do pai para o filho, enquanto o casarão da Sete de Abril seria de ambos (São Paulo, 1900, p. 184-203). Cabe ressaltar que estamos falando do início do século XX, em que, geralmente, o filho homem mais velho herdava se não toda, boa parte da herança dos pais. Isso deixa claro o intuito do pai de Yayá com a educação financeira para com a filha, fazendo o possível para ajudá-la a se tornar uma mulher independente.

Em São Paulo, Sebastiana foi matriculada no colégio Nossa Senhora de Sion, em Higienópolis, apenas para meninas e no qual terminou seus estudos. Aprendeu a falar francês, tocar piano e dominar regras de etiqueta. Foi durante seu período de estudos que também adquiriu imensa devoção pela santa que dá o nome à escola (Rodrigues, 1999, p. 24). A casa da Sete de Abril, inclusive, possuía uma pequena capela em que uma imagem da Nossa Senhora de Sion ficava exposta (figura 17).

Os primeiros anos da vida de Dona Yayá em São Paulo foram tranquilos, tendo terminado seus estudos. Porém, em 1905, seu irmão suicidou-se na volta de uma viagem de navio feita até Buenos Aires. O motivo de sua viagem foi uma consulta psiquiátrica, suspeito de alguma divergência em sua saúde mental. Já em águas brasileiras, um surto de perseguição o levou a se atirar ao mar pela escotilha de sua cabine, especula-se (Rodrigues, 1999, p. 22). Esse fato, aliado à perda dos pais muito cedo, podem ter influenciado, de certa forma, o curso dos atos que viriam a se suceder pouco mais de uma década depois em sua vida, como chegou a argumentar sua junta de médicos (São Paulo, 1919, p. 7-9).

Sozinha após a morte do irmão, a herdeira dos Mello Freire se viu controladora de uma das maiores fortunas de São Paulo. Utilizou desse dinheiro como bem entendeu. Tinha dois carros e adorava passear com eles. Desenvolveu um *hobby* em fotografia (figuras 17 e 18), tendo uma sala escura em seu palacete apenas para revelá-las (CONDEPHAAT, 1982, p. 82). Era uma pessoa muito caridosa: doadora assídua e frequentadora da Catedral da Sé, pagou os estudos de filhos de primos e os abrigou em casa, manteve as mulheres da família Grant por perto e nunca deixou nada as faltar (Grant, 1999, p. 66-70). Gostava também de andar de carro, tendo dois modelos, uma limusine e um carro comum (São Paulo, 1919, p. 153).

Figura 17: altar na capela do palacete da rua Sete de Abril.



Fonte: Acervo CPC/USP. Reprodução: Sebastiana de Mello Freire, por volta dos anos 1910.

Todavia, sua história, que havia transcorrido normalmente até 1918, apesar de todas as tragédias, começa a tomar outros caminhos. No fim daquele ano, como relata Marly Rodrigues, Yayá teria tido um primeiro surto, seguido por outro mais grave no início de 1919, com uma tentativa de suicídio (CONDEPHAAT, 1982, p. 82). Num laudo primordial feito naquele ano, uma junta de médicos atestou o histórico de Dona Yayá para o que estava sendo chamado de confusão mental, dizendo que havia relatos de outros problemas psiquiátricos na família do pai que nunca foram tratados e que essa ‘degenerescência’ acabou acarretando ao adoecimento da filha, assim como afetou seu irmão (São Paulo, 1919, p. 7-9).

Dessa forma, em abril de 1919, Dona Yayá é interditada, aos 32 anos, não podendo mais gerir seus bens por conta própria até sua morte, com 74 anos. Seria levada para as maiores instituições de cuidados psiquiátricos da cidade de São Paulo: o Hospital Psiquiátrico Homem de Melo e o Instituto Paulista (CONDEPHAAT, 1982, p. 82-83). Em 1920, outro laudo da junta de médicos que cuidava de Yayá, liderada pelo Dr. Deolindo Galvão, continuava a mencionar a confusão mental com atos libidinosos e de descontrole por parte da paciente (São Paulo, 1919, p. 950-959).

O tratamento dispendido à Dona Yayá pelos próximos 42 anos de sua vida seria reflexo dos preceitos da medicina psiquiátrica de então. Os considerados portadores de moléstias que colocavam a ordem social em risco deveriam ser tratados separadamente do convívio da sociedade, e assim foi feito (CONDEPHAAT, 1982, p. 83).

Figura 18: foto das mulheres da casa da Sete de Abril no colégio Nossa Senhora do Sion. Nhá Caetana Grant e Dona Elisa Grant, as duas senhoras à esquerda.



Fonte: Acervo CPC/USP. Reprodução: Sebastiana de Mello Freire, por volta dos anos 1910.

No período 1919-1920, em que Dona Yayá esteve sob cuidados em hospitais psiquiátricos, os acontecimentos que levaram à sua internação ganharam espaço no debate público a partir de um jornal chamado *O Parafuso*. Dando cobertura completa sobre o caso de Yayá, o jornal argumentava que a interdita não sofria de problema de saúde mental algum, mas que a interdição e o tratamento faziam parte de uma campanha dos primos, através da atuação de seu advogado e amigo de seu pai, o Dr. Albuquerque Lins, e sua cuidadora principal, Dona Eliza Grant, para desfrutarem de sua grandiosa fortuna (São Paulo, 1919, p. 341-369). Como ressalta Rodrigues, não sabemos se o papel do advogado e da cuidadora realmente era contra os interesses de Yayá (CONDEPHAAT, 1982, p. 83), embora Helena Grant (1999, p. 74-76) ateste que Eliza Grant sempre foi muito dedicada ao cuidado de Yayá e de caráter nobilíssimo e intocável. Além disso, como mostram os autos da própria interdição, seus primos sempre tentaram influenciar os curadores para que a fortuna fosse

privilegiada ante o tratamento, legando à interdita e às cuidadoras que viviam junto dela apenas o mínimo para uma sobrevivência simples (São Paulo, 1919, p. 333-340).

No primeiro semestre de 1920, o curador de Yayá, José de Sousa Queiroz, pediu o aluguel de uma casa que propiciasse um tratamento individualizado para ela. Acontece que Dona Yayá sofria da mesma insuficiência hepato-renal que o pai, o que requisitava dieta especial e caminhadas ao ar livre, tratamento que um hospital psiquiátrico do início do século XX não poderia fornecer. Assim, em julho daquele ano, foi requisitado o aluguel de uma casa na rua Major Diogo, no Bexiga, térrea, com um grande jardim e ligeiramente afastada do centro urbano, bem diferente da residência da Sete de Abril, com o prospecto de melhora de sua saúde tanto física quanto psicológica (São Paulo, 1919, p. 117). No entanto, a perspectiva de melhora não se realizou. Primeiro, em 1922, com a troca do Dr. Deolindo Galvão pelo Dr. Franco da Rocha para os cuidados de Yayá, o novo laudo atestava psicose-maníaco depressiva, hoje dentro do transtorno bipolar (idem, ibidem, p. 286-288), resultando na compra da casa da Major Diogo para ampliar os espaços voltados ao cuidado de Dona Yayá (idem, ibidem, p. 639). As reformas feitas, como podemos observar na casa hoje, compreenderam a confecção de novas janelas gradeadas, a substituição do assoalho de madeira por um piso de cimento queimado com rodapé embutido ao piso, a neutralização da pintura com um branco esmaltado e a adaptação de um banheiro especificamente para ela. Uma característica de todos os ambientes são as janelas e as vigias controladas sempre pelo lado externo ao da paciente. Nos anos seguintes, o tratamento de Dona Yayá foi liderado pelo enfermeiro João Garcia e pelas cuidadoras, representadas na figura de Eliza Grant, com muito cuidado, ainda que em condições que seriam consideradas torturantes para os padrões de hoje.

Na história do cuidado de Dona Yayá pelas mulheres da família Grant, uma reviravolta triste aconteceu. No ano de 1944, em junho, falece Dona Eliza Grant, que estava com Yayá desde 1900, quando esta chamou pela madrinha Nhá Caetana para o palacete da Sete de Abril. Deixou um legado de devoção, nunca tendo se casado e tido filhos, assim como a própria Sebastiana (São Paulo, 1919, p. 2.276).

No ano de 1947, o médico de Dona Yayá, Dr. Ovídio Pires de Campos, menciona uma estagnação do estado de saúde mental dela com uma lenta e progressiva debilitação de suas habilidades psicomotoras (São Paulo, 1919, p. 2.748). Já em 1952, os doutores Paulino Longo e Pacheco e Silva atestam a paciente como

esquizofrênica e em estado de avançada debilitação mental irreversível (idem, ibidem, p. 2.957)

Nesse meio tempo, a casa principal de sua juventude, o palacete da rua Sete de Abril, teve um caminho tortuoso. Logo após a mudança de Yayá e dos empregados para a Major Diogo, em 1920, o palacete recebeu uma oferta de aluguel da prefeitura de São Paulo para a instalação da biblioteca municipal Mário de Andrade, a qual foi aceita (São Paulo, 1919, p. 602). Todavia, após a desocupação da prefeitura em 1942, a casa não teria tido ocupação fixa, o que acarretou seu processo de desapropriação, liquidado em dezembro de 1951, e posterior desmanche (idem, ibidem, p. 2.873). Hoje, no local do casarão, está o esqueleto do prédio do antigo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, ocupado pela Frente de Luta por Moradia (FLM).

O ano de 1951 é importante para a história dos anos finais da vida de Sebastiana. É nele em que ocorre a última troca de curadores, saindo de cena o Dr. Faustino do Santos Cardoso, dando lugar ao advogado Dr. Luiz Antonio de Figueiredo. Essa mudança é importante porque mostra uma alteração do paradigma da gestão dos bens de Dona Yayá. No ano seguinte, em janeiro, o médico Dr. Moacyr Tavolaro e o novo curador requerem o fechamento da varanda dos quartos da paciente e a construção de um solário no mesmo nível da casa, para que ela pudesse tomar banhos de sol em cadeira de rodas, posto que não mais saía de seus aposentos (São Paulo, 1919, p. 2.887) e seu estado de demência, que haveria de ser atestado meses depois. É o solário que vai representar, posteriormente, o poder do dinheiro no tratamento de Dona Yayá, uma vez que ela pode receber os melhores cuidados médicos e de infraestrutura voltados às doenças psiquiátricas da época, no conforto da própria residência e auxiliada pelas cuidadoras da família Grant e seus empregados desde o palacete da Sete de Abril.

Em agosto de 1961, o médico de Yayá, Moacyr Tavolaro, constatou uma hemorragia vaginal e, após alguns dias em observação, foi transferida para o Hospital São Camilo no dia 23. Lá, foi encontrado um tumor em seu útero, cuja resposta foi a realização de uma histerectomia, dada a avançada idade da paciente (74 anos) que não resistiria ao tratamento radioterápico. No dia 4 de setembro, no entanto, morre Dona Sebastiana de Mello Freire, na mesa cirúrgica, vítima de uma parada cardíaca, como relatou seu curador, Dr. Luiz Antonio de Figueiredo (São Paulo, 1919, p. 4.398-4.412).

Após sua morte, Dona Yayá legaria um espólio de 75 endereços de imóveis, apenas em São Paulo, com mais suas posses de Mogi das Cruzes. A falta de herdeiros naturais diretos, no entanto, arrastaria o processo da herança por 8 anos, até 1969, quando a Universidade de São Paulo acabaria sendo a beneficiária final de tudo (São Paulo, 1968). Entretanto, os bens em Mogi das Cruzes já haviam sofrido um decréscimo logo antes do falecimento de Sebastiana. Em junho de 1961, a prefeitura de Mogi das Cruzes desapropriou o equivalente à 14.500.000,00 de cruzeiros de suas propriedades no município (São Paulo, 1919, p. 4.388). Ou seja, Dona Yayá era, possivelmente, uma das pessoas mais ricas de São Paulo, mesmo que não pudera ter usufruído de sua riqueza.

4.2 A Casa do Bexiga

Após a morte de Sebastiana, não tendo ela se casado e nem tido filhos, sua herança foi dada como vacante em 1969. Assim, de acordo com o Decreto Lei federal nº 8.207 – artigo 3º, de 22/11/1945, e o Decreto Estadual 27.219/A, de 09/01/1957, vigentes à época, todos os bens de Dona Yayá foram repassados à Universidade de São Paulo, com o requisito de que gerassem lucros e sua administração fosse voltada para o desenvolvimento estudantil (CONDEPHAAT, 1982, p. 52).

Tendo herdado, então, as posses de Sebastiana de Mello Freire, a Universidade de São Paulo (USP) se deparou com 75 endereços de imóveis em São Paulo, posses em Mogi das Cruzes e um impasse: o destino a ser dado (São Paulo, 1968, p. 6-11, 292-293).

No tocante da casa da Major Diogo (figura 19), optou por deixar os moradores da época de Dona Yayá residirem até sua morte, incluindo dona Georgina Grant, como consta no processo de tombamento, de 1969 até 1978 (CONDEPHAAT, 1982, p. 50-51). Findado esse período, de todos os bens trazidos para a casa, restaram apenas uma cristaleira e um piano em bom estado – ambos em posse do Museu paulista –, os demais pertences, de tão deteriorados, foram descartados (1982, p. 51).

Em seguida, a casa passaria o ano de 1981 desocupada até receber duas propostas de uso: uma da Associação de Servidores Cíveis do Brasil, que alugaria o imóvel e arcaria com os custos de reforma, e outra da Sociedade dos Amigos do Bixiga, em cessão em comodato para criação do Museu do Bixiga em troca da manutenção do prédio. A casa acabou por ser alugada à Associação de Servidores

por impossibilidades contratuais com a Sociedade de Amigos do Bixiga, mas que acabou rescindido em 1986 pela não realização da reforma (CONDEPHAAT, 1982, p. 52).

Figura 19: A Casa de Dona Yayá.



Fonte: acervo pessoal do autor, 11/10/2025.

Logo no início de 1982, no entanto, a Sociedade dos Amigos do Bixiga, em nome de Armando Puglisi e do Museu do Bixiga, entrou com um pedido de tombamento da casa de Dona Yayá no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do estado de São Paulo (CONDEPHAAT, 1982, p. 8-10). Todavia, o pedido tinha como intuito resgatar o aspecto da casa de chácara anterior a estada de Yayá, considerando a casa atual uma “descaracterização de sua concepção original” (1982, p. 14-15). O principal argumento dessa associação era que a arquitetura da casa contava como era o morar na época das casas de chácara em São Paulo, preliminar ao avanço da urbanização, e que sua área verde também possuía importância frente a quase completa ausência de vegetação no bairro.

Assim, em 1987, a USP cria a Comissão do Patrimônio Cultural (CPC), pressionada pelos docentes da própria universidade para propor “diretrizes gerais quanto à destinação de patrimônio” (USP, 1987). Um dos primeiros trabalhos da nova CPC foi justamente investigar o que se passava com a construção no Bexiga, ao mesmo tempo que enfrentava um processo de leilão de todos os bens recebidos na morte de Sebastiana, incluindo a casa. Por conta do pedido de tombamento em trânsito no CONDEPHAAT, a casa foi o único bem a não ser arrematado (O Estado de S. Paulo, 1988).

Para tocar as pesquisas com finalidade sobre o restauro daquela edificação, o CPC contrata a doutora em história pela Universidade de Campinas (Unicamp) e integrante do corpo técnico do CONDEPHAAT, Marly Rodrigues, num conjunto de pesquisas que levou os anos 1989-1991 (Lanna; Prata, 2006, p. 8). Todavia, seu trabalho acabou por ser integrado ao processo de tombamento junto do órgão estadual, já que a USP não havia tomado medidas para o restauro do edifício (CONDEPHAAT, 1982, p. 80).

Findado esse período, Rodrigues havia descoberto toda a história de Dona Yayá e das reformas feitas na casa para receber seu tratamento, destrinchadas já no subcapítulo anterior. Funcionária do órgão que cuidava do patrimônio no estado de São Paulo, ela então argumentou que muito mais do que contar a história de como era o morar nas chácaras, a Casa de Dona Yayá contava como era o cuidar dos problemas de saúde mental até metade do século XX e de como uma rede de mulheres doaram suas vidas e possibilitaram um tratamento, na medida do possível, mais humanizado para Sebastiana de Mello Freire, sua última dona. A alteração no pedido de tombamento da associação foi inserida no processo já no início dos anos 1990 (CONDEPHAAT, 1982, p. 80).

Em 1998, depois de quase duas décadas de deliberação, o CONDEPHAAT deu parecer favorável ao tombamento da Casa de Dona Yayá, e não da casa de chácara pretendida por Armando Puglisi, inaugurando o período para o restauro necessário. Para liderar esse processo, a USP contou com a doutora em restauro, professora Regina Tirello. No apêndice A encontram-se fotos atuais da Casa, mais de duas décadas após o fim do restauro.

Durante o processo de prospecção do restauro, foi levantada toda a história arquitetônica daquele prédio e que pode ser dividida em quatro blocos, de acordo com Tirello (1999, p. 114-134):

- 1860(?)-1888: o chalé de quatro cômodos. Descoberto após subirem no telhado e perceberem que a casa possuía diferentes estruturas de sustentação das telhas, de épocas distintas. Construído por José Maria Tallon, não temos sua idade precisa, muito embora apareça já no mapeamento de Affonso A. de Freitas da cidade de São Paulo (1874) e, por ser feita de tijolos, indica ser, no mínimo, da década de 1860. Não era uma residência fixa, por isso, não tinha cozinha nem banheiro dentro da casa;
- 1889-1902: a casa de chácara. Após ser vendida para o comerciante Afonso Augusto Milliet, a casa passa por sua primeira reforma. Ganha banheiro, despensa, copa, sala de jantar, mais 5 quartos e uma varanda que contornava quase toda a extensão da casa. Por dentro, a casa ganhou uma camada de pintura feita por moldes, em tons de rosa e azul claros a depender do ambiente. A cozinha ainda era externa.
- 1902-1920(25): a casa burguesa. Já em um Bexiga mais habitado, o comerciante português João Guerra compra a casa e a reforma novamente, entregando ares mais aburguesados, como dos palacetes da República e Santa Ifigênia. A casa finalmente ganha uma cozinha interna, com duas copas anexas, as pinturas passam a ser feitas à mão, em estilo *art nouveau*, a fachada da casa é invertida para norte, ganhando escada de mármore e enfeites em portas e janelas.
- 1920(25)-1952/1961: a casa de Dona Yayá. Tendo Sebastiana de Mello Freire chegado ao endereço da Major Diogo como locatária inicialmente, a casa permaneceu 5 anos sem reformas, com ela tendo ficado em apenas um quarto. Em 1925 a casa foi comprada e as reformas do cuidado foram iniciadas. Liderada pelo mesmo Juliano Moreira, a reforma consistiu na emulação de um hospital psiquiátrico, com paredes sem pintura, o assoalho de madeira substituído por concreto queimado e corticite (cortiça com concreto), portas e janelas gradeadas (desenhadas pelo próprio médico), vigias controladas pelo lado externo à Dona Yayá e pouquíssimos móveis, todos de ferro e aparafusados no chão. Foi construído mais um banheiro, do lado do já existente, para uso exclusivo de Yayá, também com vigias, sem manoplas e com um chuveiro alto, para ela não o alcançar. Dessa forma a casa permaneceu até 1952, quando a saúde de Dona Yayá já não a deixava acessar a área externa da casa. O seu curador, então, optou pela construção de um

solário, anexo a uma varanda fechada, ao lado da escada de mármore da entrada. Uma grande estrutura em ‘T’, sem teto e com vidros fixos acima da altura da cintura, justamente para que ela pudesse tomar seus banhos de sol. Foi a última remodelação da casa antes de sua morte e da posse da USP.

4.3 O Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP)

O Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP), como já demonstrado, foi criado no ano de 1987 como Comissão do Patrimônio Cultural, a partir da portaria nº 39 da reitoria e subordinado à mesma (USP, 1987). A recém-criada comissão tinha como objetivo tratar dos patrimônios culturais da universidade. Um de seus primeiros trabalhos foi justamente a Casa de Dona Yayá, com a contratação da historiadora Marly Rodrigues (Lanna; Prata, 2006, p. 8).

Em 1990, a CPC é transferida para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (USP, 1990) e em 1998 é inquirida a realizar o restauro e a ocupação da Casa de Dona Yayá, já que havia sido tombada (USP, 1998). No ano de 2004, com o fim das obras de restauro e a transferência do agora Centro de Preservação Cultural para a Casa, a comissão especial criada em 98 é extinta, marcando o início dos trabalhos sobre educação patrimonial naquele imóvel (USP, 2004).

Hoje, o CPC realiza eventos e atividades de educação patrimonial voltadas ao público universitário interno e ao público externo. Alguns eventos realizados pelo CPC foram os Seminários Patrimônio Cultural Universitário e os seminários internos de acervos da USP, enquanto na casa realizam-se propostas, como o curso de atualização para o patrimônio e oficinas de leitura e bordado, por exemplo.

O trabalho educativo realizado pelo CPC na Casa de Dona Yayá, dessa forma, se concentra em trabalhar a educação patrimonial com seus visitantes, seja pela exposição fixa relacionada à história de Dona Yayá, seja através das visitas guiadas. O contato mais próximo é feito com as escolas da rede municipal de ensino, principalmente com turmas de sexto ano, por conta de uma aparição que a casa faz em seu material didático de Língua Portuguesa, como um dos lugares assombrados da cidade. O educativo da Casa ganhou maior importância com a chegada de uma educadora fixa no início da década de 2010, a educadora da extinta Estação Ciência, Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz.

Para estimular a aprendizagem para o patrimônio às crianças, ao invés da comum visita guiada de duas horas de duração com o apoio de pranchas com fotos, o educativo propõe algumas atividades. As mais utilizadas são o caderninho de memórias – um *scrapbook* para as crianças registrarem a visita –, o álbum de figurinhas/caça à memória – um caça ao tesouro feito com partes da história de Dona Yayá relacionadas com a casa – e a contação de história – contamos a história de “O dia em que a pracinha sumiu”, de Márcia Frazão (2015), e estimulamos a produção de cartazes que reivindiquem a importância do patrimônio. No apêndice B podem ser encontradas imagens relativas à essas atividades.

Outro escopo de atividade é o Domingo na Yayá, sendo que o último domingo do mês a Casa é aberta para visita e atividades com crianças tocadas pelo educativo, o Brinquedos e Brincadeiras. Nele, o intuito é aproximar os transeuntes e, principalmente, as crianças com a vivência da Casa, para que ela possa se tornar um símbolo de união com o bairro e seus moradores.

Para finalizar, o educativo do CPC passou por um período turbulento durante o período 2022-2024. Com a saída da ex-diretora Prof.^a Dr.^a Martha Marandino, que fez carreira pesquisando educação e espaços não-formais de ensino, o educativo começou a sofrer com a desarticulação entre o que a nova diretora pretendia para a Casa e o que ele poderia oferecer. Em 2024, a saída da Prof.^a Dr.^a Simone Scifoni da vice-diretoria sepultou as ambições do educativo em voltar a oferecer roteiros, que marcaram a gestão 2018-2022.

5. Proposta didática

Diante desse preâmbulo, tendo demonstrado um pouco da história do avanço da urbanização de São Paulo, do surgimento do Bexiga como bairro e da história de Dona Sebastiana de Mello Freire, o intuito deste trabalho se apresenta a partir das observações feitas durante o desenvolvimento do estágio do pesquisador com o educativo. Foi nesse entremeio que surgiram as perguntas norteadoras que deram o pontapé inicial necessário à pesquisa. Para melhorar o entendimento da situação do trabalho educativo, entretanto, foi realizada uma entrevista no dia 07 de outubro com a educadora do Centro de Preservação Cultural da USP, Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz, que se encontra no apêndice C em completude.

Os resultados apresentados foram satisfatoriamente relevantes para a pesquisa, já que demonstrou as principais dificuldades da realização do trabalho educativo, especialmente na Casa de Dona Yayá. Dentre elas podemos destacar duas observações levantadas pela educadora Carmen: a dificuldade na intermitência dos estagiários/bolsistas e a necessidade de a Casa fornecer um significado para seus visitantes e arredores.

Sobre a primeira é que se funda a proposição de um material didático para visitação. Como fazer com que um trabalho perdure entre equipes diferentes do educativo sendo que não há uma formação comum para eles? A construção de um material que seja capaz de aglutinar os conhecimentos sobre a Casa e sobre o Bexiga é uma saída para que se evite a latência de projetos refém dos estagiários/bolsistas de turno e de uma gestão específica. Como disposto no Programa de Educação Patrimonial da gestão 2018-2022 do CPC/USP (apêndice D), um material didático para uma visita deveria seguir os princípios do processo dialógico, de uma atividade crítica e da construção de conhecimentos, para que realmente impactasse positivamente a ação educativa. O trabalho apresentado, então, concorda com as proposições do programa e as utiliza para seu desenvolvimento.

Já sobre a segunda devemos nos perguntar: o que é patrimônio e porque a Casa de Dona Yayá é um patrimônio? Como já nos elucidou Marly Rodrigues no processo de tombamento (CONDEPHAAT, 1982), a Casa do Bexiga não é importante apenas para contar a história do morar na São Paulo de meados do século XIX, mas também para contar o cuidado com o que era considerado doença mental. Contudo,

a Casa, por si só, não é capaz de contar essas histórias e nem atribuir significado para o seu tombamento.

Ulpiano de Menezes em “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas” (2012) revê a história da consideração de valores para o que se é considerado patrimônio. Ele argumenta que, com a Constituição Federal de 1988, a atribuição de valor sobre determinado bem foi deslocada do poder estatal para o âmbito das práticas sociais, sobre o que a sociedade considera patrimônio, adequando, de certa forma, a prática de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) com o que os pesquisadores sobre patrimônio já faziam há muito (2012, p. 32-34). Assim, a Casa de Dona Yayá só possui algum valor social enquanto patrimônio se estiver corretamente inserida em seu contexto atual, já que, à primeira vista, constitui paisagem bem diferente do Bexiga atual.

Essas considerações, então, nos levam às duas perguntas finais para o estabelecimento desta proposta didática: o porquê da Geografia e por que na forma de um roteiro?

A geografia se estabelece, no mundo atual, como uma importante ferramenta de entendimento dos fenômenos e processos que se estabelecem nos lugares. Conforme aponta Kahil (2008), a partir do entendimento do espaço geográfico como aquele das relações humanas, a geografia pode permitir uma análise crítica do lugar, do espaço de vivência (2008, p. 311).

Já a forma escolhida, um roteiro, remete de métodos muito utilizados pela geografia que são os trabalhos de campo e estudos do meio. Em Pontuschka (2004), vemos que os estudos do meio, a partir da realização de trabalho(s) de campo, permitem demonstrar ao aluno que o espaço vivido, alheio ou não à sua realidade, é dinâmico, que resulta das construções e reconstruções das relações sociais ali situadas (p. 261).

Visto que o trabalho educativo do CPC não tem a intenção de ensinar especificamente geografia aos seus visitantes, mas sim, como já dito anteriormente, reforçar em suas atribuições a relação com o bairro é que o produto proposto não é, *per se*, um trabalho de campo ou estudo do meio. Os roteiros do educativo é um projeto que está em fase de reformulação no momento e, justamente por isso, essa estrutura foi a escolhida. Adicionalmente ao roteiro em forma de caderno, encontra-se um guia para sua realização, designado aos estagiários futuros que o aplicarem, uma vez que não é garantia que seja feito por um aluno da geografia, evitando, assim, que

o projeto seja inutilizado. O roteiro completo e o guia podem ser encontrados nos apêndices E e F, ao final do trabalho.

A proposta para aplicação do roteiro seria para visitantes previamente agendados a partir de divulgação nas redes sociais do CPC, estrutura semelhante a outros roteiros que já existem, e para escolas de Ensino Médio que visitam a casa e possam demonstrar interesse pela temática.

Dessa forma, a estrutura do roteiro considera as necessidades de sua realização. Nele, encontra-se uma apresentação do projeto, uma introdução sobre a história do bairro, detalhes do caminho (como percurso, distância, duração e sequência de ruas), discriminação e descrição ponto a ponto, uma reflexão final, espaço para anotações e referências.

Cabe ressaltar, para finalizar o capítulo, que a proposta não é em si completa, ela admite que a equipe futura do educativo possa alterá-la como quiserem e adicionar informações que não foram trabalhadas. Por exemplo, o uso de fotos e mapas antigos durante o trajeto e detalhes históricos, como a trajetória da escola de samba Vai-Vai, podem agregar à discussão aqui pretendida.

6. As contribuições da Geografia Urbana para o trabalho educativo

E o que a Geografia Urbana tem a oferecer diante de todos esses elementos dispostos? A Geografia Urbana, como a parte da ciência geográfica que estuda o urbano, suas formas e seus processos, faz-se mister na tarefa de pôr em contato a Casa de Dona Yayá com o bairro do Bexiga, uma vez que é capaz de revelar suas interações, suas resistências e as influências que são estabelecidas no lugar. Como disse a entrevistada, a geografia também tem seus ‘sisteminhas e modelinhos’ que permitem enxergar o todo a partir de suas relações com o local. E, a meu ver, não poderia estar mais correta.

A Casa de Dona Yayá é uma construção que conserva os traços de uma São Paulo antiga. Como demonstram Langenbuch (1968), Müller (1958) e o mapeamento de Affonso de Freitas (1874), o centro histórico de São Paulo, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, era cercado por grandes terrenos de chácaras que, com a expansão de São Paulo a partir da década de 1870, passaram a ser arruadas e loteadas para dar conta da população crescente. A Casa, inicialmente um chalé de quatro cômodos dos anos 1860, mescla características das épocas anteriores à chegada da urbanização ao Bexiga, como o grande terreno, com aburguesamentos vistos em bairros da elite, como a escada de mármore e o estilo *art nouveau*.

Já a própria história de Dona Yayá permite fazer correlações com a produção do espaço urbano paulistano. Em julho de 1921, o curador de Yayá, Primitivo Sette, requer ao juiz da interdição a liberação de recursos para a construção de uma vila operária no Brás, com o intuito de alugar as casas (São Paulo, 191, p. 248-249). Ora, como expôs Bonduki (2011, p. 283-284), até os anos 1940, a principal forma de moradia para os operários das fábricas de São Paulo era o mercado rentista de vilas operárias. Logo, Dona Yayá, ou pelo menos sua fortuna, teve papel no crescimento de bairros operários de São Paulo naquele período através da construção de habitações para aluguel.

Ainda com Bonduki (2011), veremos como a segregação socioespacial pode ser trabalhada através do caminho. A segregação é um fenômeno produzido pela mercantilização do espaço urbano e da atribuição de valores aos espaços mais ou menos pertinentes à reprodução do capital, que serão mais bem discutidos sob Carlos (2017). No trajeto, os três primeiros pontos são reflexos desse processo, no caso, do que substituiu a população pobre. Tanto a ligação leste-oeste, quanto o Plano de

Avenidas de Prestes Maia expulsaram a população pobre local para dar cabo a intervenções urbanas de melhoria do tráfego. O segundo, ademais, como disposto em Petrone (1958) e Domingues (2017), foi responsável por tamponar o ribeirão Saracura, importante representação da cultura local, sob o argumento do tráfego e sanitarista.

O próprio ribeirão Saracura e a cultura negra ligada ele, vista no ponto 3, são testemunhos da história da urbanização de São Paulo. Márcio Castro (2006) nos mostra como o Bexiga, muito antes da chegada dos italianos, era o lar de escravos fugidos do tráfico no Largo do Piques, ligação da cidade de São Paulo com o interior por muitos anos. Nas águas do Saracura, os escravos se aventuravam à montante e se estabeleceram num quilombo e ali criaram as raízes da cultura negra, que viria a construir um bairro permeado pelo samba da Vai-Vai e dos terreiros religiosos.

Quando Ana Fani Carlos (2017, p. 18) trata da raridade do espaço e do espaço urbano como valor de troca, um leque de opções se abre para aplicarmos tais conceitos no roteiro proposto. A construção da ligação leste-oeste, que é o ponto 2 do trajeto, por exemplo, está profundamente relacionada com tais conceitos. Os planos de implantação levam em conta a raridade quando, ao invés de cruzar bairros cuja renda potencial da terra é maior, como a República e a Sé, cortam o Bexiga e a Liberdade, de características populares. O próprio intuito de se construir uma ligação é a consideração do espaço urbano como valor de troca, pois não respeitou o interesse da população local e dividiu os bairros por onde passou, como tão bem apontou Scarlato (1988, p. 89-90). A ligação leste-oeste é peça fundamental para se entender como a produção do espaço urbano para a acumulação do capital afeta o dia a dia da população local, seja pelo intenso movimento gerado em ruas internas, seja pela perda da parte de um terreno da Casa de Dona Yayá e pela destruição de quadras de residências.

Ao nos depararmos com novas edificações à beira da ligação, no ponto 2, ou nas proximidades das futuras estações da linha laranja do metrô, no caminho para o ponto 3, podemos articular Glória Alves (2015) no processo de revalorização do centro e Rafael Pádua (2015) com as novas formas dos condomínios. No primeiro caso, Alves (2015, p. 146-147) apresenta que as operações urbanas no centro têm buscado revalorizar a área para que seja, novamente, alvo de investimentos e de maior integração ao processo de reprodução do capital. A transformação do Minhocão em parque, muito embora não seja uma operação urbana, tem o mesmo efeito na

paisagem urbana. É aqui que Pádua (2015, p. 147-148) pode colaborar, pois os novos prédios que vemos são parte de novos produtos imobiliários que concentram boa parte das necessidades de seus moradores em sua infraestrutura. Piscina, academia, minimercados e área pet são algumas comodidades que tais empreendimentos possuem e que acabam por prender o morador no prédio, isolando-o da cidade sob o discurso da segurança.

No ponto 4, a discussão pode ser guiada a partir da pergunta: o apagamento da cultura negra e a valorização de uma pretensa origem italiana do Bexiga apresenta caracteres geográficos? A resposta é afirmativa.

Ao nos deparar com a paisagem nas ruas ao redor da Achiropita, vemos um Bexiga preservado, com construções bem-acabadas, calçadas limpas, ruas movimentadas, bem diferente do que Raquel Schenkman (2020) propôs sobre o tombamento do bairro. Enquanto isso, a parte baixa, do Bexiga negro, sofre com construções em estado precário, ruas esburacadas, calçadas estreitas e vários cortiços. Scarlato (1988, p. 154-155) apontou para a campanha do 'Bixiga italiano' já nos anos 1980 e o que vemos hoje é o resultado de uma produção espacial do apagamento. O próprio traçado da linha 6 – laranja do metrô reflete isso, passando pelo coração da cultura negra no Bexiga, destruindo a sede da Vai-Vai e afetando a vivência das pessoas em seu redor.

É diante de todas essas possibilidades que a Geografia Urbana pode se fazer como uma ferramenta metodológica importante. Ao tratar de conceitos e práticas da produção do espaço urbano, revela contiguidades de processos locais dentro de articulações mais amplas, seja na escala de São Paulo, seja na escala mundial. Entender o Bexiga a partir da ótica da Geografia Urbana no traçado proposto tem muito a acrescentar ao trabalho educativo da Casa de Dona Yayá.

7. Conclusão

Diante do exposto, o trabalho apresentado objetivou apresentar uma proposta didática que fosse, ao mesmo tempo, capaz de perseverar no escopo de atividades do educativo da Casa de Dona Yayá para além da vigência do estágio de pesquisador e trazer para si a geografia de seu entorno, o bairro do Bexiga.

Sabemos que o trabalho educativo está longe de se constituir em uma proposta fixa e imutável, deve se refazer continuamente, com a contribuição de diversas áreas. É uma particularidade de educativos que sejam diversos e que sua formação se construa durante o exercício da função. Ademais, os educativos também sofrem com as trocas de gestão e de visões de seus diretores em espaços de memória, como a Casa de Dona Yayá. Se em uma gestão vemos a construção e aplicação de um programa de educação, em outra o educativo vira um apêndice do órgão à que é submetido, com uma simplificação exagerada de suas funções. Essas particularidades fazem com que projetos educacionais sejam descontinuados ou permaneçam inacabados. O educativo da Casa de Dona Yayá, por sua vez, estava retomando as atividades de contato mais próximo com os entornos, mas que padecia destes problemas.

O roteiro proposto permite que possa ser aplicado por diversas pessoas em diversos momentos. A estrutura dupla, em caderno e em guia, dá segurança para a realização futura sem que seja impositivo, buscando fomentar discussões, tanto com o grupo quanto no próprio educativo.

A forma, em roteiro, é um trunfo para o entendimento dos fenômenos e processos que ocorrem na paisagem. Ao se aproveitar da adaptação de métodos muito utilizados na ciência geográfica para o estudo dos lugares, permite que os visitantes, e os próprios guias, sejam capazes de construir um conhecimento crítico e transportá-los para a sua vivência.

Sobre a Geografia Urbana, tornou-se apreensível como a mobilização de conceitos da produção e reprodução do espaço urbano, embora particulares dos estudos urbanos, pode ser palpável àqueles que não são seus acadêmicos. Ao explicá-los e exemplificá-los com o que se observa durante o trajeto proposto, realiza-se uma democratização desse conhecimento científico e dá nomes aquilo que é vivido diariamente, mas não se sabe o que, como a segregação socioespacial, a autoss segregação ou as operações urbanas, por exemplo.

Por fim, espera-se que este trabalho seja capaz de instigar o futuro educativo da Casa de Dona Yayá que seja, muito mais do que apenas aplicado sem discussão, adaptado para acomodar outras interpretações, modificado pelo público a ser atendido, sugestionado para ser melhorado. É por isso, inclusive, que esta monografia se dedicou a apresentar dois produtos escritos e não apenas fazer uma crítica externa a partir de uma observação fria. Ela foi tecida no bojo da vivência da profissão do educador e é dentro dela que deve ser discutida.

Ao Bexiga, que seja de muito bom uso e que contribua para a luta de resistência de suas vivências e de sua multiplicidade ante a um urbano cada vez mais propenso ao apagamento.

Referências

- ALVES, Glória. Transformações e resistências nos centros urbanos. In: Carlos, Ana Fani A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 143-153.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). **Linha do Tempo**, [s.d.]. Disponível em: <https://anfavea.com.br/site/historia-da-industria-automotiva/>. Acesso em: 06/11/2025.
- Auto de Arrecadação dos bens de dona Sebastiana de Mello Freire, 3ª Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 823.637-61, de 31 de dez. de 1968.
- BARBOSA, Jorge. Da habitação como direito à moradia: um debate propositivo sobre a regularização fundiária das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: BARBOSA, J. (org). **Ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p.95-108.
- BONDUKI, Nabil. A habitação por conta do trabalhador. In: BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Fapesp, 2011, p. 281-313.
- CARLOS, Ana Fani. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições. 2ª edição revisada. 2017.
- CASTRO, Márcio S. de. **Bexiga. Um bairro afro-italiano. Comunicação, Cultura e Construção de Identidade Étnica**. Dissertação (Mestrado) – Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CONDEPHAAT. **Processo nº 21.955**, 1982.
- D'ELBOUX, Roseli Maria; MOURA, Maira de. Ocupação inicial e loteamento. In: Somekh, Nadia; Simões, José Geraldo Jr. (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 23-37.
- DOMINGUES, Carolina G. **Da Vila Barros ao Edifício Japurá. Quando o Moderno bate à porta. São Paulo, 1920-1950**. Dissertação (Mestrado) – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FRAZÃO, Márcia. **O dia em que a pracinha sumiu**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.
- FREITAS, Guilherme O. O. **Projeto de Intervenção Urbana Ligação Leste-Oeste. Uma avenida para a cidade**. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- GRANT, Helena M. A Saga de Yayá. In: Lourenço, Marta Cecília F. (orgs.). **A Casa de Dona Yayá**. São Paulo: edusp, 1999, p. 62-77.
- HARVEY, David. A crise. In: **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 9-40.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Semeador e o Ladrilhador. In: Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª ed., p. 93-138.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. São Paulo**. Rio de Janeiro: c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 14/06/2025.
- _____. **Produto Interno Bruto – PIB**. Rio de Janeiro: c2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 06/11/2025.

Interdição de Dona Sebastiana de Mello Freire, 4º Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 3.903, de 1919.

KAHIL, Samira. P. O Lugar de todo mundo: ponto de partida para o ensino de geografia. In: GRANVILLE, M. A. (Org.). **Sala de Aula: ensino e aprendizagem**. Campinas (SP): Papirus, 2008, p.301-314.

LANNA, Ana Lúcia D. PRATA, Juliana M. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá. Questões de gestão de um patrimônio cultural. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, abr. de 2006, p. 6-15.

LANGENBUCH, Juergen R. **A Estruturação da Grande São Paulo**, 1968. Tese (Doutorado) – Estudo de Geografia Urbana, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de Campinas, Rio Claro, fevereiro de 1968, cap. I-IV.

LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das Atividades Urbanas: uma Perspectiva Multiescalar. Reflexões a Partir do Caso de São Paulo. In: **Revista de Geografia Norte Grande**, 39, p. 7-20, Santiago: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Chile, 2008;

MARANDINO, Marta. Espaços não formais no contexto formativo. In: Barzano, M. A. L; Fernandes, J. A. B.; Fonseca, L. C. de S.; Shuvartz, M (Orgs.). **Ensino de Biologia: experiências e contextos formativos**. Goiânia: Índice Editora, p. 169-180.

MENDES, Renato S. Bela Vista e Bexiga. In: AZEVEDO, Aroldo E. de (org.). **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana**. São Paulo: São Paulo Editora S. A., 1958, v. 3, cap. IV, p. 277-280.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural. Uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009, Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 25-40.

MÜLLER, Nice L. A área central da cidade. In: AZEVEDO, Aroldo E. de (org.). **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana**. São Paulo: São Paulo Editora S. A., 1958, v. 3, p. 121-182.

OLIVEIRA, Thais R. Tarcísio cede e futura estação do Metrô terá nome de quilombo descoberto no local. **Carta Capital**, São Paulo, 13 de jun. de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tarcisio-cede-e-futura-estacao-do-metro-tera-nome-de-quilombo-descoberto-no-local/>. Acesso em: 30/11/2025.

PÁDUA, Rafael. Produção estratégica do espaço e novos produtos imobiliários. In: Carlos, Ana Fani A. (org). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 145-163.

PARETO JÚNIOR, Lindener. O Bexiga dos italianos. Os *capomastri* construtores e a arquitetura eclética do bairro (1890-1930). In: Somekh, Nadia; Simões Júnior, José Geraldo (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 39-52.

PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo E. de (org.). **A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana**. São Paulo: São Paulo Editora S. A., 1958, v. 2, p. 101-165.

PONTUSCHKA, Nídia N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004, p. 249-288.

Processo de inventário de Manoel de Almeida Mello, 4ª Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 1002/1900.

REPEP. O território do minhocão. In: **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019, p. 46-54.

RODRIGUES, Marly. A Casa de Dona Yayá. In: Lourenço, Marta Cecília F. (orgs.). **A Casa de Dona Yayá**. São Paulo: edusp, 1999, p. 22-58.

RUIZ, Maria del Carmen H. M. **O trabalho educativo no CPC**. Entrevista concedida a Leonardo V. Maziero, São Paulo, 07 de out. de 2025.

SÃO PAULO. **GeoSampa**. [S.l.] PMSP, c2025. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 30/10/2025.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **População Recenseada. Região Metropolitana de São Paulo e Municípios. 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. São Paulo, c2024. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10552.html. Acesso em: 14/06/2025.

SCARLATO, Francisco C. **O real e o imaginário no Bexiga. Autofagia e renovação urbana no bairro**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SCHENKMAN, Raquel. O tombamento da Bela Vista. Bexiga hoje. In: Somekh, Nadia; Simões Júnior, José Geraldo (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 325-327.

SCHNECK, Sheila. Atores sociais no processo de formação do bairro do Bexiga. O capital privado e o poder público. In: Schneck, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo. Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**. Dissertação (Mestrado) – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, cap. I, p. 41-128.

SILVA, Camila da. Quilombo Saracura. A luta pela preservação das memórias encontradas nas obras do metrô em SP. **Carta Capital**, São Paulo, 29 de mai. de 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/quilombo-saracura-a-busca-pela-preservacao-das-memorias-encontradas-nas-obras-do-metro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 30/10/2025.

SILVA NETO, Manoel L. Tombamento do bairro do Bexiga: dimensões espaçotemporais socialmente necessárias. In: Somekh, Nadia; Simões Júnior, José Geraldo (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 209-233.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, p. 15 - 31, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Reitoria. **Portaria nº 39**, de 08 de janeiro de 1987. Dispõe da criação de comissão sobre o patrimônio cultural da universidade.

_____. Reitoria. **Portaria GR nº 2.574**, de 17 de abril de 1990. Dispõe da subordinação da Comissão do Patrimônio Cultural.

_____. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). **Portaria PRCEU nº 001**, de 10 de março de 1998. Dispõe sobre a criação de Comissão Especial da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), com objetivo de elaborar plano de restauração e ocupação do imóvel conhecido como “Casa de Dona Yayá”.

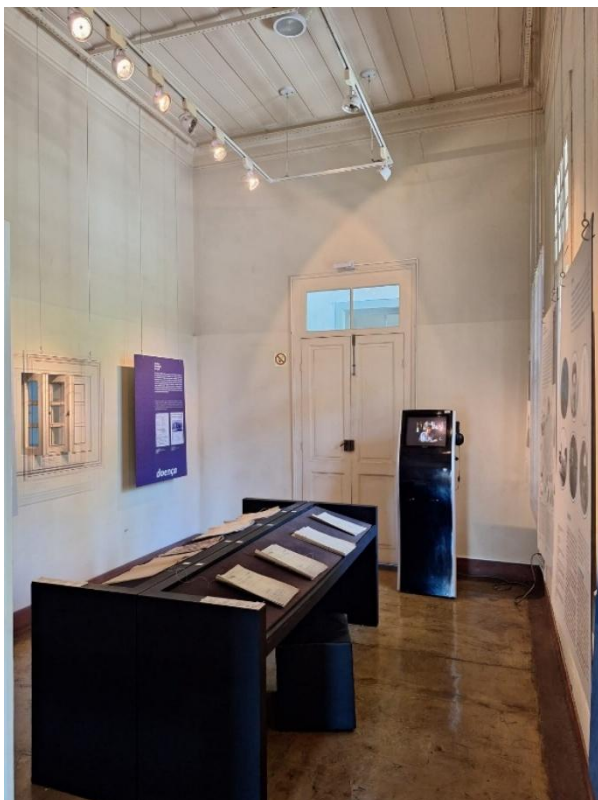
_____. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU). **Portaria PRCEU nº 09**, de 10 de setembro de 2004. Dispõe da extinção da Comissão Especial da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), criada com o objetivo de elaborar plano de restauração e ocupação do imóvel conhecido como “Casa de Dona Yayá”.

USP inicia a grande venda de imóveis. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 de mai. de 1988.

Apêndice A

Imagens: fotos da Casa de Dona Yayá, dezembro de 2025.





Fonte: acervo pessoal do autor, 11 de dez. de 2025.

Apêndice B

Imagem: Domingo na Yayá com estruturas para bolhas de sabão emprestadas da matemateca do Instituto de Matemática e Estatística (IME).



Fonte: acervo CPC/USP, 30 de mar. de 2025.

Imagem: visita guiada com a utilização de pranchas.



Fonte: acervo pessoal do autor, 21 de ago. de 2025.

Imagem: crianças da E.E. Dra. Maria Augusta Saraiva com álbum de figurinhas.



Fonte: acervo CPC/USP, 17 de out. de 2024.

Imagem: crianças desenhando cartazes da contação de histórias.



Fonte: acervo CPC/USP, 01 de abr. de 2025.

Imagem: crianças produzindo seus *scrapbooks*.



Fonte: acervo pessoal do autor, 02 de abr. de 2025.

Apêndice C

Transcrição de entrevista

Entrevistador: Leonardo Venancio Maziero

Entrevistada: Maria del Carmen Hermida Martinez Ruiz

Data: 07/10/2025

Local: Centro de Preservação Cultural/A Casa de Dona Yayá (CPC/USP)

Tempo de gravação: 18 min e 27 seg.

Identificação entrevistador: L.V.M.

Identificação entrevistada: M.C.H.M.R.

L.V.M.: Há quanto tempo é educadora, no geral?

M.C.H.M.R.: Geral... Como professora tem 30 anos. A função como educadora dentro da universidade já são 23 [anos].

L.V.M.: E dentro do CPC são?

M.C.H.M.R.: 11 [anos]. Já foram 11 [anos]. Daqui a pouquinho bate os 12 [anos].

L.V.M.: Como foi esse processo de se tornar educadora? Por que você era educadora, certo?

M.C.H.M.R.: É. É que quando eu fiz o concurso para educadora ele era exatamente a função de uma professora, no que se pedia, e como professora eu preenchia direitinho todos os requisitos. Inclusive, na época, eles pediam licenciatura. Parece que agora não é mais, mas na época precisava da licenciatura e a minha era fresquinha naquela época.

L.V.M.: E como é ser educadora? Tanto na Estação Ciência, que foi onde você começou, quanto, principalmente, aqui.

M.C.H.M.R.: Eu acho que é um dos trabalhos assim mais gostosos de fazer, pelo fato de estar trabalhando com pessoas e podendo conversar. A diferença para a sala de aula é muito grande porque as pessoas que vem, vem porque tem algum interesse, alguma coisa, e não por uma imposição, um calendário, etc. Eu acho que é legal. E

outra parte também, não é só o público não, é a parte também que a gente tem de contato com bolsistas, estagiários, com quem a gente aprende muito também.

L.V.M.: Me explica um pouco a sua função como educadora aqui na casa [de Dona Yayá]. O que você faz.

M.C.H.M.R.: Eu vou contar porquê que eu vim, não sei se vai ficar completo. Quando eu fui transferida pra cá, a minha formação de física foi completamente esquecida. Só se olhou que eu tinha a função de educadora, e na época a casa [de Dona Yayá], a intenção da direção na época, era de reestabelecer a comunicação, a ligação, trazer as escolas de volta aqui pra casa [de Dona Yayá]. A gente tem escolas que sempre foram muito parceiras, as escolas vizinhas aqui, a [Emef] Celso Leite [Ribeiro Filho] e a [EE] Dra. Augusta Saraiva. E o pessoal tinha desaparecido, então eu tinha essa função de recuperar essa ligação com as escolas e também havia ansiedade de reabrir a casa [de Dona Yayá] aos domingos também. Então eu vim com essas duas coisas: poder fazer a casa [de Dona Yayá] abrir novamente aos domingos e reestabelecer a parceria com as escolas do entorno, se possível também [EE] Maria José e a [EE Profª] Marina Cintra, que também eram frequentadoras aqui da casa [de Dona Yayá].

L.V.M.: Então você diria que sua função é principalmente ter o contato com o entorno, no caso [Emef] Celso Leite [Ribeiro Filho] e [EE Drª] Augusta Saraiva, que estão aqui. Não só o entorno, mas eu digo, com escolas em geral...

M.C.H.M.R.: Ah, mas eu acho que, mais do que isso, é... como eu posso explicar? Mais do que isso. Isso era a proposta, né, mas eu acho que o mais forte de tudo é a questão da educação e aqui, no caso, da educação patrimonial, de trazer as pessoas mais próximas da casa [de Dona Yayá], da Yayá, da trajetória dela, por conta de dar um significado, pra que a casa tenha um significado pras pessoas. Eu acho que essa é uma tarefa maior, acima, as outras podem ser estratégias de você fazer, mas eu acho que o trabalho maior é esse.

L.V.M.: Bom, você me falou da sua função, da parte boa, agora eu vou cutucar pra saber a parte ruim. Quais são os principais desafios de um educativo ou da sua função como educadora.

M.C.H.M.R.: As principais queixas... vamos lá. A primeira, eu acho que assim, a dificuldade que a gente tem em conseguir... às vezes a gente tem grandes ideias e aí a gente esbarra no custo, no fazer, no que tem que comprar, as coisas que não são tão fáceis de contornar. Acho que esse é um problema. Outro problema é o que todos, isso não é exclusivo daqui, eu acho que é de todos, a questão da valorização. A gente começa com a questão da valorização... dentro do espaço talvez nem tanto, mas quando a gente pensa pra fora do espaço, dentro da universidade, a gente sente que... ah, é a parte de divulgação, de extensão, fica muito distante das linhas principais da universidade, isso a gente sente falta. Então, eu acho que dificuldades a gente tem várias, mas a primeira que bate aqui na minha cabeça é, e não é só exclusividade nossa, é dos educativos em geral, é que sejam vistos como um apêndice. Em geral, uma exposição externa que vem, ela deveria vir com o aval do educativo e o educativo ter tido algum entrosamento pra saber como que foi feito e etc. Então esse é um ponto, dos educativos serem vistos como um apêndice. Em geral, quando querem localizar os educativos, é no lugar mais longe da exposição, quando o ideal é que seja ao lado, junto, justamente pra ter essa ligação. Outra questão é a questão de reconhecimento. Parece assim... é que nem limpar uma casa: só aparece quando não é feito, e alguém chama a atenção quando não é feito. E a questão também de, orçamentária. Se tem duas, se há duas propostas que vão disputar uma verba assim, ah, com certeza o educativo perde.

L.V.M.: Eu vou entrar agora na seara dos estagiários e bolsistas. Tem alguma questão relacionada a eles? Por exemplo, a rotatividade, que é uma característica de um educativo ter uma rotatividade um pouco maior. Essa é uma questão ou não?

M.C.H.M.R.: É, isso é um eterno trabalho de recomeçar. Porque não é simplesmente chegar e por uma pessoa pra fazer uma coisa. Ela tem que estar preparada, tem que conhecer, tem que dominar aquilo e se sentir à vontade pra fazer aquilo. Isso não é assim num [estalar de dedos], num apertar aqui de dedos, isso leva tempo e muitas vezes isso acontece, quando tá prontinho, bonitinho, acabou o tempo. Então eu acho que talvez seja uma das... talvez até problema maior, porque aí se cria a ideia, pra mim parece que existe a ideia de que você consegue preparar alguém em pouco tempo e que o trabalho na área de educação é um trabalho que pode ser feito por qualquer um, como aconteceu já em casos anteriores em que... e tá acontecendo

agora. Tem muitos espaços em que a atividade educativa não é exercida por educadores, simplesmente alguém tampando um buraco lá.

L.V.M.: Pela continuidade de projetos, por exemplo, isso [a rotatividade] é um problema pra um educativo? Por exemplo, tem você e tem a sua equipe de estagiários e bolsistas, daí no meio de um projeto saem todos, ou saem os principais. Isso ocorre com certa frequência? Isso atrapalha o andamento das atividades?

M.C.H.M.R.: Totalmente. Quando você pensa no projeto... não sei também se é questão de gostar de projetos mais... que envolvam um grupo maior, isso envolve um número grande de pessoas e de repente você vê que fica inviável porque aquilo foi enxugado ao quase zero. É uma vontade muito grande de... chorar, nem sei, chorar não adianta.

L.V.M.: Você acha que tem alguma maneira de sanar isso? Por exemplo, tem uma equipe toda formada e de repente não tem nada de formação. Você acha que tem alguma coisa que pode ser feita pra essa transição ser aliviada?

M.C.H.M.R.: Mágica. Pegar as varinhas. Mas eu tenho a coisa do desesperar jamais. Eu acho que é um esforço, um esforço grande das pessoas e acreditar na capacidade enorme que elas têm de se multiplicar. É o único jeito, acreditar na capacidade de se desdobrarem, de se multiplicarem. Eu tenho visto, por isso que a gente acaba contando. A gente acaba contando, é o que a gente tem pra contar.

L.V.M.: Agora um pouco sobre a minha área. Você já teve experiência com outra pessoa da geografia aqui [Casa de Dona Yayá]?

M.C.H.M.R.: Sim, a Simone. A Simone Scifoni. Inclusive ela é a responsável também pela mudança na forma da educação patrimonial aqui na casa [de Dona Yayá]. Ao invés da casa-objeto, mas a casa como uma casa, especialmente como a casa da Dona Yayá. Então, de trazer o significado pra casa [de Dona Yayá], pra história de Dona Yayá, pro entorno aqui da casa [de Dona Yayá], o Bexiga, aproximar as pessoas do patrimônio pelo significado que ele [patrimônio] tem pra elas. Então, ao invés de longos discursos, as construções conjuntas, essa abertura. Isso eu não sei se é exclusividade de geógrafos, mas fez toda a diferença.

L.V.M.: Ainda quando a professora Simone estava aqui, o educativo retomou o desenvolvimento de roteiros, que agora a gente já está aplicando com sucesso. Você acha que a geografia em alguma contribuição nesse sentido pra melhorar a atividade do educativo?

M.C.H.M.R.: Eu acho que... mas eu realmente... é necessário. Ela é uma visão, uma forma de... eu sempre advogo que físicos tem uma visão de como as coisas funcionam e como conseguem fazer esses sisteminhas e fazer modelhinhos, eu agora começo a pensar que os geógrafos também têm a sua forma de entender a relação entre o espaço físico e o espaço, vamos dizer assim, humano, o social, eu acho muito importante essa visão. Muda tudo.

Apêndice D

Programa de Educação Patrimonial – CPC USP

Coordenação: Profa. Simone Scifoni (Geografia FFLCH USP)

O programa de Educação Patrimonial do CPC USP engloba a definição de objetivos, o planejamento de ações e a previsão de processos de avaliação constante do trabalho desenvolvido no intuito de aprimorá-lo. Sua importância está relacionada à organização do processo pedagógico, orientando e norteando a ação dos educadores a partir de princípios e fundamentos teóricos coerentes e articulados.

Os princípios do Programa são:

1. A ação educativa é processo dialógico, que se faz no respeito à diversidade de olhares, de saberes e de narrativas possíveis dos diferentes sujeitos;
2. A ação educativa deve ser atividade crítica, portanto, tem como função essencial problematizar o patrimônio cultural, compreendendo seu sentido político e as disputas em torno da construção de uma memória oficial;
3. A ação educativa é processo de construção de conhecimentos, não sendo atividade meramente informativa ou de simples reprodução de conteúdos prontos e acabados, demandando, portanto, um fazer-se constante.

Dentro destes princípios e fundamentos do que deve ser a ação educativa na Casa de Yayá, destacam-se os seguintes objetivos:

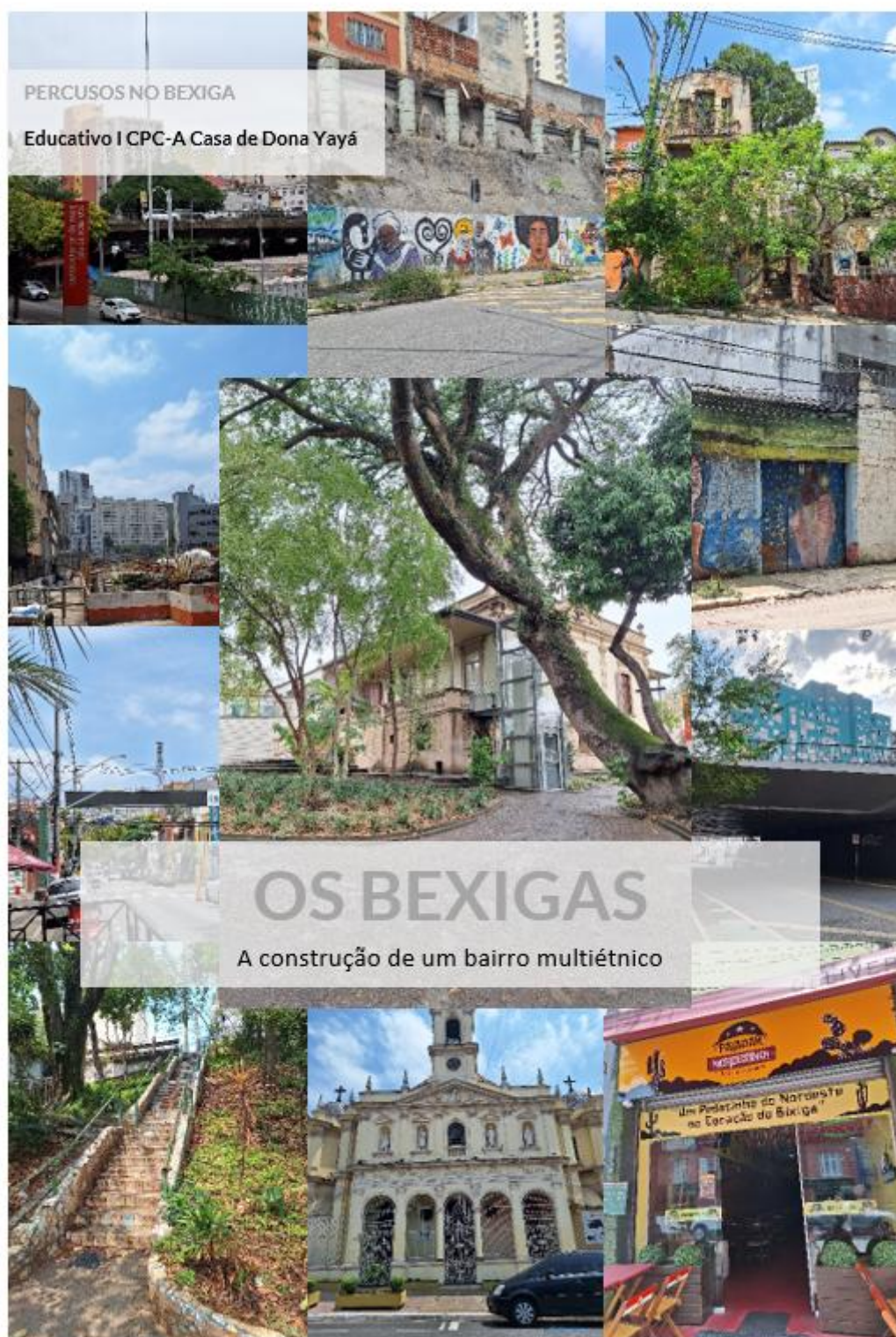
- a) Sensibilizar os visitantes para a importância da proteção do patrimônio cultural, entendendo a Casa como um patrimônio da USP e do estado de São Paulo.
- b) Compreender a Casa da Yayá como suporte de valores culturais, ampliando e descentrando o olhar sobre o bem tombado para além de seus atributos arquitetônicos vistos em si mesmos;
- c) Promover e estimular a valorização da memória, tendo como elementos mediador a história de vida da Dona Yayá e a história do bairro do Bexiga.
- d) Estimular projetos pedagógicos das escolas voltados a compreensão do bairro como território educativo.

Ações do Programa Educativo:

1. Visitas mediadas a partir de roteiros estabelecidos;
2. Produção e atualização de material de apoio didático
3. Produção e renovação constante de recursos didáticos para qualificar a visita e o espaço expositivo;
4. Formação continuada de professores

Apêndice E

Roteiro – Os Bexigas: a construção de um bairro multiétnico



Apresentação

Este roteiro foi desenvolvido como um Trabalho de Graduação Individual do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, pelo aluno Leonardo Maziero, então estagiário do educativo do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP) na Casa de Dona Yayá.

As questões que basearam este roteiro se vinculam à realização do trabalho educativo em geral e também naquele espaço. O corpo de educadores presente nessas instituições, por sua vez, porta uma especificidade. Como apresentado por Marandino (2014, p. 174), trata-se de profissionais “sem profissão”, formados no dia a dia do trabalho educativo. Dessa forma, sua organização se concentra em torno de um ou dois educadores fixos e um corpo de bolsistas e estagiários de universidades intermitente, que se renova a cada período. Sua constituição, por não ser fixa, lida com a dificuldade da permanência de projetos e trabalhos, ao mesmo tempo que é justamente aí que nasce a pluralidade de visões sobre aquilo que se é apresentado para quem busca esses espaços de visita.

Dessa forma, este roteiro, nomeado Os Bexigas: a construção de um bairro multiétnico, apresenta uma dinâmica de visita pelo bairro de sua sede, o Bexiga, Distrito da Bela Vista, centro de São Paulo, tentando construir um trabalho que seja passível de aplicação para além de um estagiário específico e sendo complementado pelo seu guia para visita.

O caminho pensado para a realização do roteiro deveria cumprir, como ideia central, o objetivo de ressaltar as discussões, contradições e embates vividos dentro do bairro, que fossem passíveis de serem observados num tempo de até duas horas e que não fosse muito longo.

Para tanto foram escolhidos os pontos de parada na rua Santo Antônio (debaixo do viaduto Júlio de Mesquita Filho), as obras do metrô na rua Cardeal Leme e a Igreja Nossa Senhora Achiropita, além do início na Casa. Idealizado para ser muito mais que um roteiro de passeio, em que os guias atuam apenas como transmissores de fenômenos estáticos, o trabalho aqui proposto deve instigar os participantes a refletirem sobre a produção do espaço urbano de São Paulo e sobre as narrativas apresentadas quando se vem à cabeça o nome Bexiga.

Diante do exposto, pelo caminho selecionado encontrar-se-ão os pontos de parada sugeridos, fenômenos do urbano e características físicas que muito tem a adicionar na história de construção do bairro multiétnico que é o Bexiga, bem como as condições atuais de produção de seu espaço urbano.

Introdução – Do Saracura à imigração recente

A história do Bexiga tem início muito antes do loteamento de seu espaço, realizado no final do século XIX. A presença do Largo do Piques é o ponto de partida de sua ocupação. Pelo ribeirão Saracura, escravos fugiam do tráfico realizado ali, por ser a principal ligação com o interior. Saracura acima, estabeleceram o primeiro vestígio de ocupação do bairro: o quilombo Saracura. Em 1831, a Câmara Municipal sugere fechar o acesso ao rio para evitar as fugas; mais tarde, em 1907, o jornal Correio Paulistano denomina a região do Saracura como um pedaço da África.

A urbanização do bairro, no entanto, se iniciou apenas nos primeiros anos da década de 1890, com o loteamento e arruamento da antiga chácara do Bexiga. As primeiras casas, de frente curta e longas em comprimento, tinham aspecto popular, com muitas delas sendo construídas por mestres de obras italianos e com a nova população também predominante de operários imigrantes italianos.

Em 1910, por força de lei municipal, passou a ser denominado de Bela Vista, mas na prática continuou e ainda é chamado de Bexiga ou Bixiga. Do ponto de vista oficial, o bairro está dividido e compõe dois distritos: Bela Vista e Sé. Assim, inicia-se uma prática oficial de apagamento da história do Bexiga negro.

Após a ocupação total do bairro, já nos anos 1930, vieram décadas de grandes obras de tráfego pela cidade que marcaram profundamente o bairro. Com o plano de avenidas de Prestes Maia, o viaduto Jacaré e o Edifício Japurá expulsaram os pretos e pobres de um grande cortiço, a Vila Barros, para dar lugar aos operários brancos assalariados. No final década de 1960, com a construção da ligação leste-oeste e a ampliação da avenida Rui Barbosa, o bairro foi dividido em três.

Ao andar nas ruas do Bexiga, percebemos como a região é bem quista para aqueles que acabaram de chegar em São Paulo. Localizado o centro da cidade e com acesso a infraestruturas de locomoção em abundância, o relativo preço baixo dos aluguéis são um atrativo para novas ondas de imigração para o Brasil, como de haitianos e africanos diversos. É comum cruzar com pessoas falando sua língua nativa no telefone ou conversando com um conhecido na rua. Porém, a pressão imobiliária no bairro tem crescido. Se o tombamento de diversas das construções do bairro impede a derrubada das casas antigas, essas, por sua vez, encontram-se em estado de deterioração preocupante, com exceção daquelas próximas à Achiropita, o centro italiano. O preço dos aluguéis tem subido, principalmente com a chegada do metrô, aumentando a rotatividade dos habitantes e mudando também seu perfil.

Diante de tudo isso é que se encontra o Bexiga: um bairro multiétnico que sofre com o apagamento de suas raízes africanas e com a pressão da especulação imobiliária.



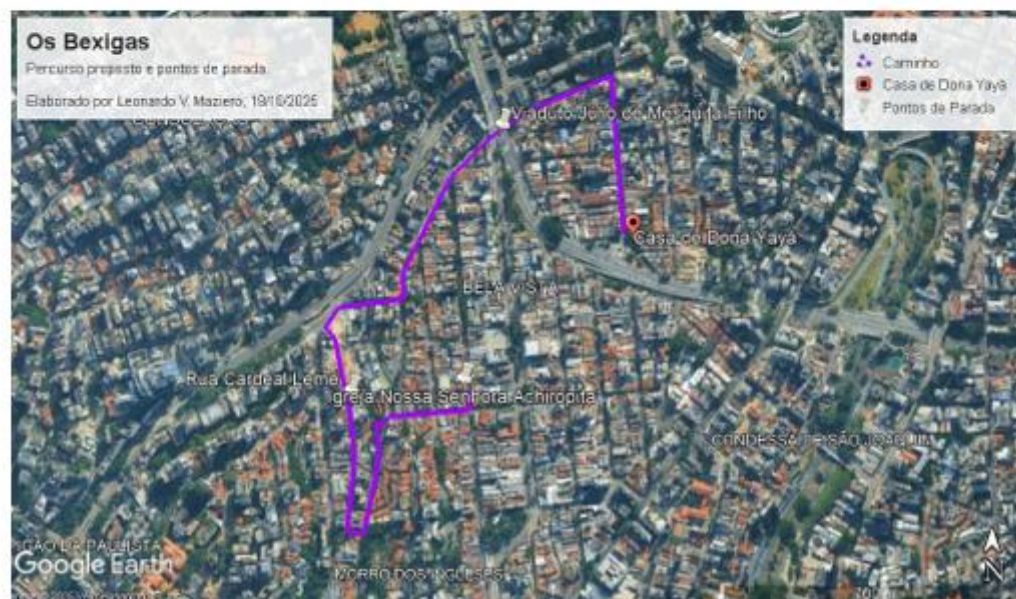
Mapa de 1874: neste momento o Bexiga era o subúrbio da cidade de São Paulo. Vemos à nordeste o triângulo histórico e o início da expansão para além do Anhangabaú. O local onde depois nasceu o bairro fazia parte dos Campos do Bexiga, entre o Tanque do Reúno e a Chácara do Barão de Limeira. Adaptado de: Affonso A. de Freitas, 1874. Acervo CPC/USP.

Mapa de 1930: Já vemos um Bexiga quase totalmente formado, com a supressão completa do rio do Bexiga e a união com os terrenos do que era a chácara do Barão de Limeira. A Casa de Dona Yayá (em vermelho) já tem, aproximadamente, o mesmo tamanho que tem hoje. Adaptado de SARA Brasil, 1930. GeoSampa.



Percurso

O roteiro proposto tem como início a Casa de Dona Yayá, na rua Major Diogo, 353, e chegada à Igreja Nossa Senhora Achiropita, na rua Treze de Maio, e conta com um trajeto aproximado de 3 quilômetros, principalmente no sentido leste-sudoeste. A caminhada deve se aproximar de 2 horas, a depender do ritmo imposto.



Nesse caminho, foram selecionados 4 pontos de parada considerados os mais importantes para a apreensão, sendo eles, em ordem do trajeto: Casa de Dona Yayá, Viaduto Júlio de Mesquita Filho (rua Santo Antônio), Rua Cardeal Leme e Igreja Nossa Senhora Achiropita.

A sucessão de ruas do trajeto é:

1. Rua Major Diogo	6. Rua Una
2. Rua Santo Antônio	7. Rua Almirante Marques de Leão
3. Rua Manoel Dutra	8. Rua Conselheiro Carrão
4. Praça 14-Bis	9. Rua Treze de Maio
5. Rua Cardeal Leme	

Pontos de parada

Ponto 1 – Casa de Dona Yayá

A Casa de Dona Yayá é um imóvel tombado de propriedade da Universidade de São Paulo e que sedia o Centro de Preservação Cultural (CPC), mas nem sempre foi assim.

Construída em meados do século XIX, era um pequeno chalé de 4 cômodos em meio a um terreno enorme que se estendia da rua Cravinhos (atual Major Diogo) até o rio do Bexiga (atual rua Japurá). Em 1889, um comerciante italiano compra o chalé e adiciona 5 quartos, banheiro, despensa, copa e sala de jantar, transformando-o em uma verdadeira casa de chácara com 13 cômodos. Em 1902, outra venda foi realizada e um comerciante português trouxe ares burgueses para a casa e pinturas do estilo *art nouveau*, incluindo uma vistosa escada de mármore e a construção da cozinha. Assim, em 1920, a história da casa cruza com sua moradora mais ilustre, Dona Yayá.

Herdeira de uma família muito rica de Mogi das Cruzes, dona Sebastiana de Mello Freire, nome de Yayá, nasceu em 21 de janeiro de 1887. Teve uma infância e adolescência trágicas: aos 18 anos já havia perdido todos seus irmãos e seus pais. No ano de 1900, mudou-se definitivamente para o palacete da família, na rua Sete de Abril. Por conta dela, vieram a madrinha, Dona Nhá Caetana, e suas sobrinhas, Dona Eliza Grant e Maria Georgina Grant, que dedicaram suas vidas para cuidá-la.

Frequentou o Colégio Nossa Senhora do Sion, onde aprendeu tocar piano e falar francês. Desenvolveu devoção à padroeira do colégio, sendo uma de suas maiores benfeitoras, assim como da nova catedral da Sé, da qual foi a maior doadora individual. Era fotógrafa amadora, com um quarto escuro em seu palacete, e adorava andar de carro. Nunca se casou, pois achava que os pretendentes estavam mais interessados em seu dinheiro do que nela.

No final de 1918, com 31 anos, teve um primeiro surto de perseguição e tentado suicídio logo no início do ano seguinte. Ficou internada por pouco mais de um ano e foi interditada, perdendo o controle sobre sua fortuna. Na época, o jornal *O Parafuso* divulga o caso e aponta culpados pela reclusão indevida de Yayá: sua amiga e cuidadora, Eliza Grant, e seu advogado, Albuquerque Lins.

Tendo herdado uma insuficiência hepato-renal do pai, seus médicos optaram pelo cuidado em casa. Devido às impossibilidades impostas por seu palacete na rua Sete de Abril e pelas especificidades e condições de seu tratamento, a casa do Bexiga foi alugada em 1920 e comprada em 1925. Várias

reformas de adequação foram feitas para que seus cuidados fossem os melhores que a psiquiatria da época poderia oferecer.

Yayá viveu reclusa no Bexiga até sua morte, em 1961, sem nunca ter casado ou deixado herdeiros. Começava uma disputa pelo seu espólio, de 75 imóveis em São Paulo e mais os de Mogi das Cruzes, que durou até 1969, com o governo do estado recebendo esses bens e repassando à USP.

Até 1979, a USP deixou vivendo na casa as cuidadoras de Yayá que ainda estavam vivas, mas o estado de deterioração da casa era grande. Em 1982 é pedido o tombamento da casa de aburguesada, anterior às adaptações feitas, pela Associação de Amigos da Bela Vista e do Bixiga, que apagaria a história de Dona Yayá, por considerá-la mais importante arquitetonicamente do que a fama da casa da louca e da louca do Bexiga.

Em 1987, a USP cria a Comissão do Patrimônio Cultural, a CPC, e encomenda uma pesquisa sobre a Casa à historiadora do CONDEPHAAT, Marly Rodrigues, que foi a responsável pela descoberta de toda a história de Dona Yayá. Ao mesmo tempo, a universidade leiloa todos os outros bens herdados em 1969.

Em 1998, a casa-hospital, com seu solário, foi eleita para o tombamento a partir do argumento da historiadora de que a casa conta não apenas a história arquitetônica do bairro, como também a história do tratamento psiquiátrico até metade do século XX.



Ponto 2 – Viaduto Júlio de Mesquita Filho e rua Santo Antônio



O viaduto Júlio de Mesquita Filho faz parte das construções da ligação leste-oeste de São Paulo, inaugurada em 1971. Construído na gestão de Paulo Maluf, é o trecho que cruza o bairro do Bexiga e o corta em dois, ligando o elevado Presidente João Goulart, sob a Praça Roosevelt, e o viaduto Jaceguai, sobre a avenida 23 de Maio. O intuito de sua existência é facilitar o trânsito entre as regiões leste e oeste do município, passando por cima e por baixo das ruas do centro de São Paulo. Entretanto, sua construção causou e ainda causa muitos problemas para os moradores do entorno. O primeiro foi a destruição de diversas quadras de casas na sua extensão. O segundo é a poluição do ar e sonora causada pelos carros. Outro, ainda, é a dificuldade de conexão do Bexiga, que só pelas ruas Major Diogo e Humaitá tem contato com ambos os lados.

Já na rua Santo Antônio, o que vemos é uma transição entre o movimento característico causado pela proximidade do entroncamento das avenidas 9 de Julho e 23 de Maio, nessa parte mais ao norte do Bexiga, para suas raízes do Saracura, que corre ao lado de seu caminho. Temos por ali casas de cultura afro, como o Núcleo de Umbanda Cacique Pena Branca e o centro de aulas de capoeira Quilombolas de Luz. Também é possível perceber o avanço de edifícios de apartamentos mais novos originários da especulação imobiliária em volta do viaduto e nas proximidades com a futura estação 14-Bis-Saracura, uma quebra enorme frente às casas do início do século passado, que predominam na paisagem do bairro e da rua, e dos pequenos comércios de revestimentos antigos e motopeças.

Ponto 3 – Rua Cardeal Leme e Saracura



A região da rua Cardeal Leme evoca a ocupação primordial do atual bairro do Bexiga: o quilombo Saracura. Por ali, passava o antigo leito do rio Saracura, um importante ponto de fuga de escravos. À jusante desse ponto, o rio Saracura se une ao rio de Bexiga e ao Itooró para formar o Anhangabaú e, bem nessa junção, ficava o Largo do Piques, ponto de contato da capital paulista com o interior. Ali, era feito o comércio de escravos que, para escaparem, subiam o rio a nado. Na região próxima às nascentes do rio, quase na altura da avenida Paulista, foi onde se instalou o quilombo do Saracura.

A rua Cardeal Leme é o ponto mais baixo da região e, justamente nela, criou-se um ambiente de cultura afro muito propício que herdou a presença quilombola, como os terreiros e as manifestações artísticas. Foi ali que surgiu a escola de samba Vai-Vai, a maior campeã do carnaval de São Paulo.

Atualmente, a região sofre com o avanço da especulação imobiliária proveniente das obras da linha 6 – laranja do metrô. A construção da estação foi motivo de muita disputa com os moradores por alguns motivos. O primeiro foi pela destruição da sede da Vai-Vai. O segundo foi pela descoberta de vários objetos com a escavação, muito provavelmente da época do quilombo. A última estava relacionada ao nome da futura estação, que seria chamada apenas de 14-Bis por conta da praça homônima, apagando completamente a história do local. Todavia, pelo menos o nome da estação será 14-Bis – Saracura.

Ponto 4 – Igreja Nossa Senhora Achiropita

Uma das principais atrações da Achiropita é a sua festa, famosa em toda a cidade de São Paulo, que acontece aos fins de semana de agosto. A festa começou em 1908 a partir de procissões dos imigrantes e filhos de imigrantes da região da Calábria, Itália. Em 1926, com o dinheiro arrecadado das festas, foi construída a primeira capela em devoção à Nossa Senhora no atual endereço, na rua Treze de Maio.

Desde 1988, a igreja conta com uma pastoral afro. Seu intuito é incorporar elementos da cultura negra dentro dos ritos católicos. Algumas festas como a de São Benedito e da Mãe Negra e o batismo inculturado são exemplos das práticas realizadas.

A maior expressão da origem italiana do Bexiga, a Igreja Nossa Senhora Achiropita e seus entornos representam um contraste muito grande com a ocupação do espaço feita na rua Cardeal Leme. Se lá vemos as pinturas de aspectos da cultura negra e da vivência do bairro e construções deterioradas, aqui o Bixiga (escrito com 'i') é totalmente diferente, com construções muito bem preservadas e cantinas italianas a perder de vista. Em suma, aqui se apresenta o estereótipo do Bexiga italiano. Entretanto, se a tradição da ocupação italiana do Bexiga é da Calábria, a fama do 'Bixiga italiano' deve-se à uma construção de narrativa nos anos 1960-70 com a vinda de napolitanos do Brás querendo se aproveitar do movimento gerado pelos teatros da região e fundando suas cantinas.



Reflexão Final

Diante do exposto, fica clara a multiplicidade de formas e manifestações que compõem o bairro diverso que é o Bexiga.

Originada de uma ocupação primordial de escravos fugidos Saracura acima, a negritude do bairro enfrenta um apagamento material e de narrativa intensos. Se, por um lado, a construção de infraestruturas de transporte e a consequente especulação imobiliária, aliadas a uma deterioração das construções, pressionam o próprio espaço da vivência dessa população, muito bem representada pela situação na rua Cardeal Leme, por outro a narrativa do 'Bixiga italiano' das cantinas, levada a cabo desde o cenário teatral das décadas de 1960-70, cuja principal representação são os entornos da Igreja Achiropita, com prédios muito bem conservados.

O Bexiga da casa de chácaras, aquele dos Campos do Bexiga, encontra sua resistência em Yayá e sua casa da Major Diogo, 353. Um casarão datado, mais ou menos, de 1860 que começou como um pequeno chalé de tijolos de quatro cômodos, foi reformado duas vezes para uma casa aburguesada e que, por fim, virou um estabelecimento de saúde individual. Enquanto isso, o arruamento e loteamento do Bexiga, na década de 1890, transformou rapidamente o cenário que a casa representa: autoconstruções de porte bem menores em largura e altura, alta densidade de moradores e pouca vegetação. Já o legado de Dona Yayá também sofreu com tentativas de apagamento. Quando muitos consideravam a casa com seu solário a expressão da louca do Bexiga, o CONDEPHAAT, a partir dos trabalhos de Marly Rodrigues e da CPC, tombou a Casa de Dona Yayá sob os argumentos do cuidado e da arquitetura.

As intervenções urbanas desde a urbanização do bairro, por fim, mexeram e ainda mexem profundamente com a vivência de seus moradores. Do expurgo dos pretos e pobres do plano de avenidas de Prestes Maia e do Edifício Japurá na Vila Barros, passando pela destruição de diversas quadras de casas e da fragmentação do bairro pelas obras da ligação leste-oeste e pela construção da linha 6 - laranja, o Bexiga resiste. Resiste pela força da cultura negra. Resiste pela força da vivência. Resiste pela força dos trabalhos educativos.

Dessa forma, o roteiro proposto tentou alcançar uma discussão crítica sobre a produção e reprodução do espaço urbano que permeia esse bairro e suas histórias, do Bexiga negro, do Bixiga italiano, do Bexiga das casas de chácaras, do Bexiga de Dona Yayá, do Bexiga como espaço de troca, e inspirar movimentos e aspirações para uma convivência pacífica e que respeite as populações locais e seus interesses.

Referências

CASTRO, Márcio Sampaio de. **Bexiga. Um bairro afro-italiano. Comunicação, Cultura e Construção da Identidade Étnica**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 51-98.

CONDEPHAAT. **Processo nº 21.955**, 1982.

D'ELBOUX, Roseli Maria; MOURA, Maira de. Ocupação inicial e loteamento. In: Somekh, Nadia; Simões, José Geraldo Jr. (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 23-37.

FREITAS, Affonso A. de. **Plan'Historia da Cidade de São Paulo**. São Paulo: [s. n.], 1874. 1 mapa, color.

MARANDINO, Marta. Espaços não formais no contexto formativo. In: Barzano, M. A. L.; Fernandes, J. A. B.; Fonseca, L. C. de S.; Shuvartz, M (Orgs.). **Ensino de Biologia: experiências e contextos formativos**. Goiânia: Índice Editora, p. 169-180.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA ACHIROPITA. **Página inicial**. c2025. Disponível em: <https://achiropita.org.br/>. Acesso em: 14/10/2025.

RODRIGUES, Marly. A Casa de Dona Yayá. In: Lourenço, Marta Cecília F. (orgs.). **A Casa de Dona Yayá**. São Paulo: edusp, 1999, p. 22-58.

SÃO PAULO. Minhocão. Um quarentão de futuro incerto. **Prefeitura Municipal de São Paulo**, 2016. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/especiaiscmisp/especial-minhocao/>. Acesso em: 15/10/2025.

SCHNECK, Sheila. Atores sociais no processo de formação do bairro do Bexiga. O capital privado e o poder público. In: Schneck, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo. Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**. Dissertação de Mestrado – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, cap. I, p. 41-128.

SOCIETÀ ANONIMA RILLEVAMENTI AEROFOTOGRAMMETRICI (SARA). **Mappa Topographico do Municipio de São Paulo**. São Paulo: [s. n.], 1930. 1 mapa, color., folha 37. Escala 1:5000.

Todas as fotos são de autoria do pesquisador e fazem parte de arquivo pessoal. A foto de Dona Yayá é de autor desconhecido e está nos arquivos do CPC.

Apêndice F

Guia para o roteiro

Olá! Este é o guia para o roteiro de Os Bexigas: a construção de um bairro multiétnico. Ele é destinado para você, equipe futura do educativo da Casa de Dona Yayá.

O roteiro que se encontra foi concebido a partir de um Trabalho de Graduação Individual da área de geografia urbana. Junto da educadora da Casa de Dona Yayá, Maria del Carmen, ele foi adaptado para realização por diferentes estagiários e bolsistas para além do campo que o produziu.

Sua estrutura, em forma de roteiro guiado, se aproxima muito dos procedimentos de pesquisa realizados em geografia e se apropria disso para exprimir o máximo do conteúdo que a produção e reprodução do espaço urbano do Bexiga é capaz de oferecer.

O caminho pensado para a realização do roteiro deveria cumprir, como ideia central, o objetivo de ressaltar as discussões, contradições e embates vividos dentro do bairro, que fossem passíveis de serem observados num tempo de até duas horas e que não fosse muito longo. Assim, os pontos escolhidos demonstram um pouco das histórias que permeiam o ideário do Bexiga, sua formação e a produção e reprodução atual de seu espaço.

Durante as próximas páginas, encontrar-se-ão sugestões de discussões e conceitos da geografia urbana que podem ser instigados nos visitantes. No entanto, ressaltamos que são apenas propostas de abordagem ao roteiro, podendo ser complementada, alterada e até descartada diante da formação de quem estiver aplicando.

Por que um roteiro?

Samira Kahil, em “O lugar de todo mundo: ponto de partida para o ensino de geografia” (2008), demonstra que a geografia pode permitir uma análise crítica do lugar, do espaço de vivência, a partir do entendimento do espaço geográfico como aquele das relações humanas. Adiante, a Geografia Urbana, como a parte desta ciência que estuda o urbano, suas formas e seus processos, possui uma capacidade

Para tanto foram escolhidos os pontos de parada na rua Santo Antônio (debaixo do viaduto Júlio de Mesquita Filho), as obras do metrô na rua Cardeal Leme e a Igreja Nossa Senhora Achiropita, além do início na Casa. Idealizado para ser muito mais que um roteiro de passeio, em que os guias atuam apenas como transmissores de fenômenos estáticos, o trabalho aqui proposto deve instigar os participantes a refletirem sobre a produção do espaço urbano de São Paulo e sobre as narrativas apresentadas quando se vem à cabeça o nome Bexiga.

Abaixo seguirá uma explicação detalhada sobre cada ponto proposto e que poderá servir de base para a discussão realizada com o grupo. Importante ressaltar que o caminho entre os pontos é parte importante do que se pretende realizar.

Ponto 1 – A Casa de Dona Yayá

O ponto de partida e acolhida dos visitantes é a própria Casa de Dona Yayá. Aqui, é interessante apresentar um pouco a ideia do roteiro e apresentar rapidamente a Casa, Dona Yayá e sua história, para que se faça inteligível a relação dela com o bairro. Abaixo segue alguns tópicos com sugestões do que se observar na Casa e sua contribuição para o roteiro.

Como conta a própria história da Casa, não sabemos exatamente em que ano ela foi construída, porém, por conta dos tijolos da sala verde e do mapeamento de Affonso de Freitas, de 1874, a restauradora, Prof.^a Dr.^a Regina Tirello, datou a construção de meados de 1860. Os tijolos à vista na sala verde são o indicativo desse momento.

Nessa época, a cidade de São Paulo estava circunscrita ao que se chama do triângulo histórico, em que o tecido urbano estava compreendido entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí. Ao seu redor, havia um cinturão de chácaras, casas com grandes terrenos, com árvores frutíferas, como é o caso dos Campos do Bexiga e da chácara do Barão de Limeira ao seu lado. A Casa, então construída por José Maria Tallon, consistia em um pequeno chalé de quatro cômodos e fachada sul, sem grandes luxos, em meia vertente do córrego do Bexiga. Ao mesmo tempo, o que hoje é o bairro também já estava ocupado pelos quilombolas do Saracura, fugidos do tráfico realizado no Piques. Eles se estabeleceram na chamada região da Grota, a parte mais baixa do Bexiga.

A compra da casa por Afonso Augusto Milliet, em 1889, já demonstra mudanças claras na ocupação do bairro. Naquela mesma década, são feitos os planos para arruamento e loteamento do Bexiga. A transformação do pequeno chalé de quatro cômodos em uma casa de chácara de 13 cômodos é sinal da chegada da urbanização ao bairro e a perda dos caracteres rurais. A pintura das salas azul e rosa também são indicativos desse momento em contraste com os tijolos à vista da sala verde. A Casa passaria a contar com residências bem menores na vizinhança, feitas por empreendedores italianos, os *capomastri*, que eram pequenos comerciantes de trabalhos manuais, não os imigrantes operários como ficaram conhecidos aqueles que se assentaram no Brás e na Mooca. Durante o trajeto da Casa ao ponto 2, convém mostrar essa arquitetura com as casas na rua.

Em 1902, a casa de chácara passa para as mãos de João Guerra, um comerciante português. Determinado a aburguesá-la, adorna a casa com decorações envoltórias do telhado, da varanda e das portas externas, constrói uma escada de mármore e substitui a pintura de moldes de Milliet pelas pinturas à mão estilo *art nouveau*. Todo esse investimento, no entanto, contrasta profundamente com a realidade da vizinhança, de casas populares, muitas autoconstruídas e que virariam cortiços adiante.

Em 1920, chega à casa Dona Yayá, sua mais ilustre moradora. Sob uma interdição judicial causada por adoecimento mental, Sebastiana passa a ser tratada em domicílio. No entanto, sua casa da República, um sobrado, não poderia receber o tratamento, já que era um sobrado e não possuía um jardim interno para exercícios físicos. Ademais, a decisão de mudança para a casa da rua Major Diogo reflete o estágio da urbanização de São Paulo àquela altura. A República, na chamada cidade nova, já era uma região totalmente ocupada, com muito movimento, o que era desaconselhada pela psiquiatria da época. Enquanto isso, o Bexiga, pouco mais ao sul, era o subúrbio da cidade que ainda se consolidava e a Casa guardava os resquícios das construções das chácaras do século XIX, no meio do terreno e com um amplo jardim.

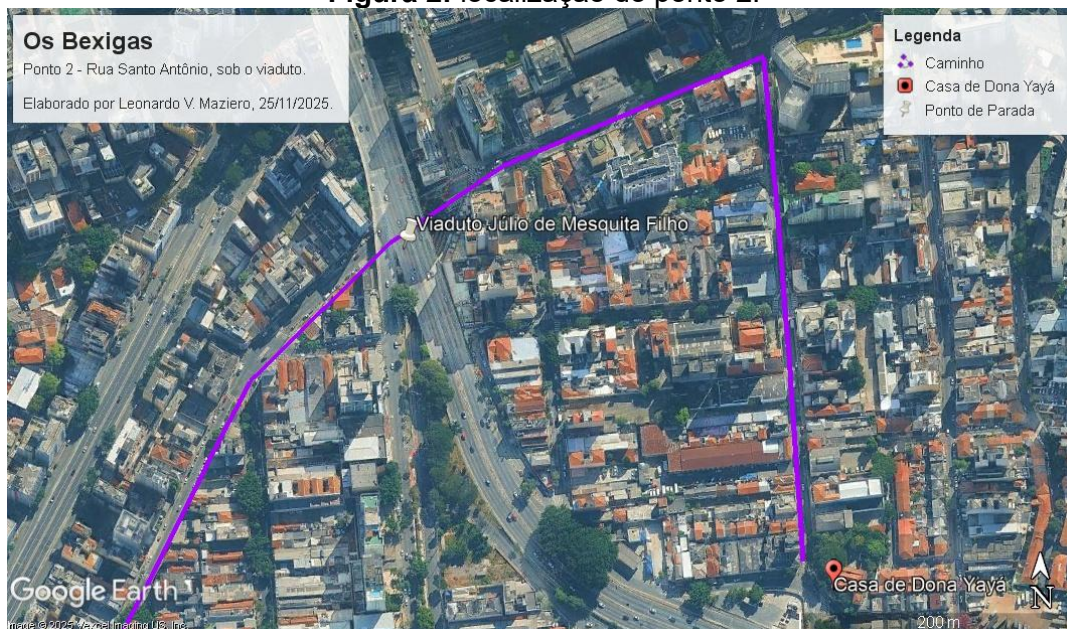
Um aspecto interessante da gestão dos bens de Yayá durante o período que esteve interditada eram determinados investimentos em habitações. Principalmente durante os primeiros anos da curatela, o laudo de interdição (1919) demonstra que várias casas para aluguel foram construídas em bairros operários, como o Brás, fenômeno que pode ser visto em Nabil Bonduki (2011). Esse é um exemplo do tipo de

produção do espaço urbano para as moradias dos operários industriais da época, bem diferente do perfil das casas do Bexiga, em que os moradores eram os donos.

O terreno da Casa é testemunho da construção da ligação leste-oeste, inaugurada em 1971, e que pode ser visto das janelas da sala verde. Obra gigantesca feita para melhorar o trânsito entre as regiões e desafogar o trânsito, partia do pressuposto que o centro era um lugar degradado e que tal obra valorizaria os terrenos do entorno, como podemos encontrar em Glória Alves (2015) e no dossiê da REPEP de 2019. O terreno foi perdido para a construção de um bolsão de obras sobre a rua Jaceguai, que acabou a desviando. Também foram perdidas duas quadras de edificações nesse trecho. As principais questões que envolvem o viaduto Júlio de Mesquita Filho são sobre a dificuldade de contato com o outro lado, o barulho e poluição e a insegurança nas áreas sob ele, uma pequena demonstração do impacto que ele causa na Casa.

Ponto 2 – rua Santo Antônio, sob o viaduto

Figura 2: localização do ponto 2.



Fonte: Google Earth Pro, 25/11/2025.

Aqui, o principal elemento é o viaduto Júlio de Mesquita Filho (figura 3), parte da ligação leste-oeste. Vemos que o movimento do trânsito de carros é grande e que a rua foi transformada pela conexão com as avenidas Nove de Julho e 23 de Maio e a ligação.

Figura 3: imagem do ponto de parada 2.



Fonte: acervo pessoal de Leonardo Maziero, 17/10/2025.

Para esse ponto, trago discussões feitas por Ana Fani Carlos, em “Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole” (2017), para propor a aplicação de dois conceitos: o de raridade do espaço e espaço como valor de troca.

No primeiro, a geógrafa dispõe que a raridade do espaço é consequência da propriedade privada do solo urbano. Com o crescimento rápido das cidades no século XX no Brasil, o espaço urbano das metrópoles foi sendo saturado por edificações, vias, praças e parques ao ponto de quase se esgotar terrenos para novas construções. O capital, no entanto, necessita cada vez mais de novas formas para se estabelecer e garantir sua reprodução, e é aí que surge a raridade: cada vez maiores interesses para a acumulação frente a um espaço cada vez mais ocupado.

É a partir da raridade do espaço urbano que podemos discutir o espaço como valor de troca. Diante da saturação de terrenos para a ampliação de vias de circulação e a construção de grandes torres de escritório, por exemplo, entra em jogo o valor de troca: o espaço urbano deve servir mais aquilo que possibilita a produção e reprodução do capital do que o espaço como valor de uso da população.

Com esses conceitos, podemos construir as motivações da construção do viaduto sobre o Bexiga. Como podemos ver pela montagem feita por Guilherme Freitas (figura 7; 2022, p. 45), por onde passou, as obras da ligação leste-oeste derrubaram diversas edificações. Bem, duas perguntas devem ser feitas sobre elas: por que a construir e por que sobre a região do Bexiga?

Sobre a primeira, evoquemos o espaço como valor de troca. A tremenda expansão do tecido urbano de São Paulo, após a década de 1940, criou uma cidade

em que as distâncias eram muito grandes diante de um serviço de transporte público pouco eficiente. A realização da ligação leste-oeste nos anos 1960 privilegiava uma visão de cidade centrada no automóvel e, assim, uma expansão da malha viária ligando duas grandes regiões da cidade parecia ser uma ótima ideia (REPEP, 2019, p. 51). As avenidas escolhidas, Francisco Matarazzo (na Água Branca) e radial leste (até a região da Penha) tinham um entrave no meio do caminho: o centro.

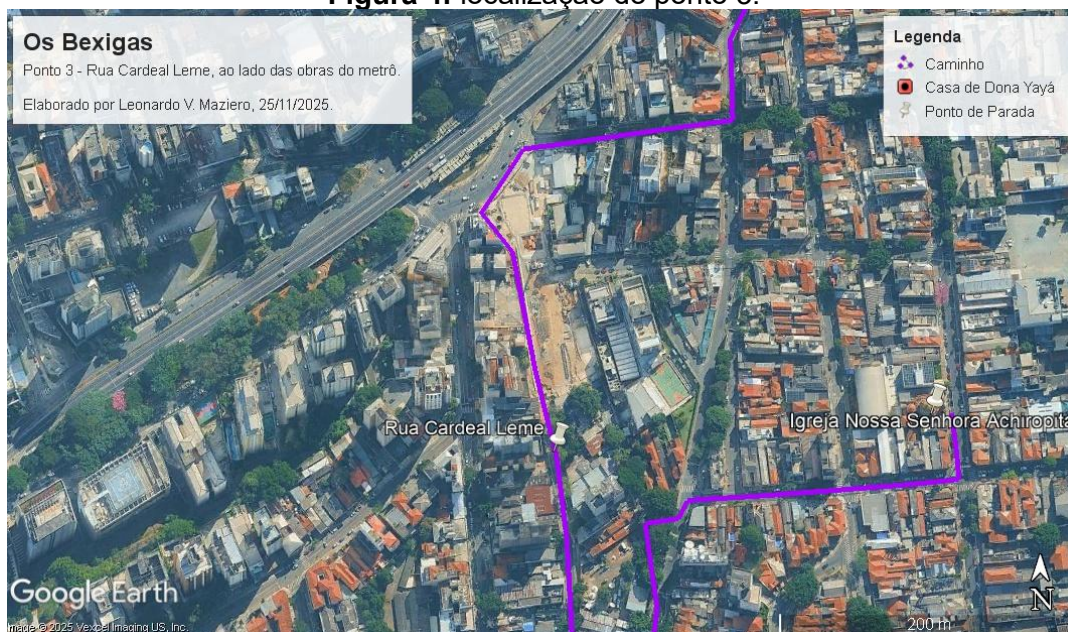
Sobre a segunda, voltemos à raridade do espaço. O centro de São Paulo, aqui incluindo o Bexiga, já estava completamente ocupado na década de 1960, impossibilitando a abertura de uma grande avenida sem que houvesse desapropriações. O caminho escolhido, então, pelo Bexiga e o bairro vizinho, a Liberdade, de caráter residencial e de população pobre, estabelecia pouca resistência ao julgo do capital. No Bexiga, ainda, como demonstra Francisco Scarlato (1988) a rua Rui Barbosa vira avenida e, junto do viaduto Armando Puglisi, divide o bairro transversalmente ao viaduto da ligação. Vemos, dessa forma, a mais pura ação da raridade do espaço e do espaço urbano como valor de troca em detrimento do espaço como valor de uso da população.

Além de destruir a unidade do bairro, a ligação leste-oeste também provocou uma desvalorização dos imóveis e terrenos em sua área de influência, pelo barulho e pela poluição. Ademais, vemos como o centro começava a passar por um processo de perda de centralidade. Centralidade esta que concentra os serviços e comércio sofisticados, os empregos e as finanças. Como demonstra Glória Alves (2015), a centralidade da cidade de São Paulo migrava no sentido sudoeste, até a Faria Lima, área produzida pelo capital num novo ciclo, estudado por Sandra Lencioni (2008) e Ana Fani Carlos (2017). Entretanto, como vemos pela execução de operações urbanas (dispositivos legais que alteram o Plano Diretor do município e permitem intervenções urbanas profundas na área de atuação), o centro de São Paulo, representado pela subprefeitura da Sé, vêm ganhando novos investimentos para o que tem sido chamado de 'reconquista do centro'. Com o anúncio de transformação do Elevado Presidente João Goulart (o Minhocão) em parque, vários novos empreendimentos ou requalificação de prédios antigos têm acontecido, mas destinados à classe média e média alta, repetindo a segregação socioespacial que marca a história da cidade. Sobre as características desses empreendimentos, recomendo a leitura de Rafael Pádua (2015), que destrincha como os novos

condomínios-clubes transformam o morador em consumidor de um estilo de vida nocivo à vivência do urbano.

Ponto 3 – rua Cardeal Leme, ao lado das obras

Figura 4: localização do ponto 3.



Fonte: Google Earth Pro, 25/11/2025.

Parte do raciocínio realizado no ponto anterior pode ser transposto para cá. A construção da linha 6 – laranja (figura 5) afeta profundamente uma região histórica do Bexiga, do quilombo Saracura e seus arredores profundamente ligados à cultura negra. Entretanto, ela é ambígua. Ao mesmo tempo que levará uma importante infraestrutura de transporte para um bairro afastado e pobre da zona norte, a Brasilândia, será feita em detrimento da população preta e pobre do Bexiga.

Os impactos da linha já podem ser sentidos em suas escavações, que derrubou, entre outras coisas, a quadra da escola de samba Vai-Vai, fundada pelos descendentes do quilombo e importante símbolo cultural. Tudo isso ocorre num momento de apagamento da tradição afrodescendente do bairro, acampada por nomes das cantinas italianas desde os anos 1970, como Valter Taverna e Armando Puglisi, aponta Francisco Scarlato (1988, p. 154-155). As escavações para a estação, inclusive, foi a responsável por descobrir artefatos domésticos que estavam soterrados e que foram ligados à possível localização do quilombo Saracura. Esta descoberta aprofundou os embates com coletivos negros e com a população do bairro

quanto ao nome da estação, que seria apenas 14-Bis, mas que, por conta da mobilização que os artefatos geraram, passará a ser chamada de 14-Bis – Saracura.

Figura 5: obras do metrô na rua Cardeal Leme.



Fonte: acervo pessoal de Leonardo Maziero, 17/10/2025.

É interessante demonstrar, adicionalmente, como a natureza foi suprimida para os planos de urbanização de São Paulo. Ao andar pela praça 14-Bis, vê-se os viadutos da avenida Nove de Julho, inaugurada durante o Plano de Avenidas de Prestes Maia, nos anos 1940. Pelo seu caminho, corria o ribeirão Saracura, tão importante para a construção da identidade negra do Bexiga, Carolina Domingues (2017) demonstra como a região era considerada pouco saneada e problemática para os planos de uma cidade moderna. É mais um capítulo da história do apagamento.

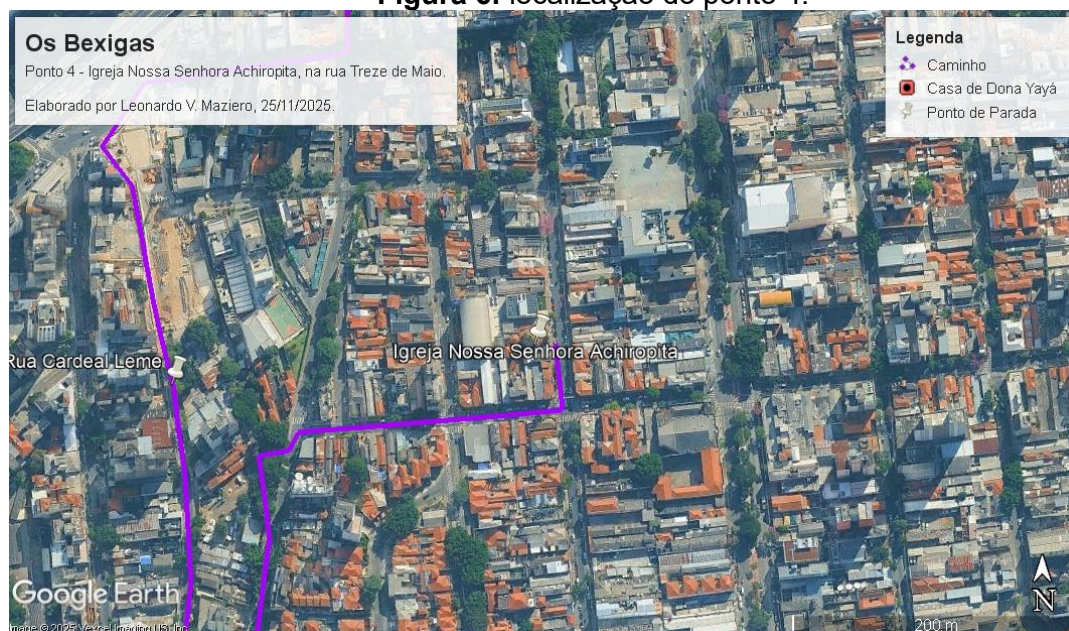
Pela rua, é possível observar a relação íntima da população com seu lugar de vivência, tendo várias pinturas nas paredes e portões que remetem ao Saracura, à religiosidade afrodescendente e ao engajamento político.

Ponto 4 – Igreja Nossa Senhora Achiropita

Sobre a Igreja Nossa Senhora Achiropita (figura 7), é interessante observar como a tentativa de apagamento da origem negra do bairro toma conta da paisagem urbana. Se, por um lado vemos Schenkman (2020) afirmando que o tombamento protege, mas não garante a integridade física das edificações do Bexiga, o cenário é completamente oposto nos arredores da igreja. As cantinas e as casas são muito bem

cuidadas, com cores vivas e calçadas limpas, em contraponto ao que se vê na baixada do ponto 3, de casas semelhantes, porém encortiçadas e em estado de deterioração aparente.

Figura 6: localização do ponto 4.



Fonte: Google Earth Pro, 25/11/2025.

Figura 7: Igreja Nossa Senhora Achiropita



Fonte: acervo pessoal de Leonardo Maziero, 17/10/2025.

Para a construção do 'Bixiga italiano', apontado por Scarlato (1988), é uma diferença importante, pois enquanto as cantinas enriquecem pela fama da tradição italiana, a população negra, a primeira a ocupar o bairro, padece com a falta de

investimentos e com a destruição de seus referenciais culturais pelo próprio Estado, na figura das obras do metrô e do Plano de Avenidas.

Cabe voltar à pergunta instigada pela leitura de Ulpiano de Menezes (2012): quem decide o que é patrimônio cultural e o que não é? Proponho outra pergunta: apenas por que algo não é patrimônio cultural indicado por um órgão público não representa nada a ninguém? É isso que acho que devemos pensar ao vangloriar o Bexiga como bairro italiano, pensar no dano causado àqueles que há muito vêm sendo propositadamente esquecidos

Indicações de Bibliografia

Para a história da Casa, de Dona Yayá e do CPC, recomendo:

Auto de Arrecadação dos bens de dona Sebastiana de Mello Freire, 3ª Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 823.637-61, de 31 de dez. de 1968.

CONDEPHAAT. **Processo nº 21.955**, 1982.

Interdição de Dona Sebastiana de Mello Freire, 4º Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 3.903, de 1919.

LANNA, Ana Lúcia D. PRATA, Juliana M. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá. Questões de gestão de um patrimônio cultural. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, abr. de 2006, p. 6-15.

LOURENÇO, Marta Cecília F. (org.). **A Casa de Dona Yayá**. São Paulo: edusp, 1999, p. 62-77.

Processo de inventário de Manoel de Almeida Mello, 4ª Vara da Família e Sucessões da Comarca da Capital, Processo nº 1002/1900.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Reitoria. **Portaria nº 39**, de 08 de janeiro de 1987. Dispõe da criação de comissão sobre o patrimônio cultural da universidade.

USP inicia a grande venda de imóveis. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 de mai. de 1988.

Para a história do Bexiga, desde o quilombo até discussões hodiernas, recomendo:

CASTRO, Márcio S. de. **Bexiga. Um bairro afro-italiano. Comunicação, Cultura e Construção de Identidade Étnica**. Dissertação (Mestrado) – Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOMINGUES, Carolina G. **Da Vila Barros ao Edifício Japurá. Quando o Moderno bate à porta. São Paulo, 1920-1950**. Dissertação (Mestrado) – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOMEKH, Nadia; SIMÕES, José Geraldo Jr. (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 23-37.

SCARLATO, Francisco C. **O real e o imaginário no Bexiga. Autofagia e renovação urbana no bairro**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SCHENKMAN, Raquel. O tombamento da Bela Vista. Bexiga hoje. In: Somekh, Nadia; Simões Júnior, José Geraldo (orgs.). **Bexiga em três tempos**. São Paulo: Romano Guerra, 2020, p. 325-327.

SCHNECK, Sheila. Atores sociais no processo de formação do bairro do Bexiga. O capital privado e o poder público. In: Schneck, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo. Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**. Dissertação (Mestrado) – História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, cap. I, p. 41-128.

Para a história da urbanização de São Paulo a partir do final do século XIX, recomendo:

ALVES, Glória. Transformações e resistências nos centros urbanos. In: Carlos, Ana Fani A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 143-153.

BONDUKI, Nabil. A habitação por conta do trabalhador. In: BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Fapesp, 2011, p. 281-313.

CARLOS, Ana Fani. A. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições. 2ª edição revisada. 2017.

LANGENBUCH, Juergen R. **A Estruturação da Grande São Paulo**, 1968. Tese (Doutorado) – Estudo de Geografia Urbana, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de Campinas, Rio Claro, fevereiro de 1968, cap. I-IV.

LENCIONI, Sandra. Concentração e Centralização das Atividades Urbanas: uma Perspectiva Multiescalar. Reflexões a Partir do Caso de São Paulo. In: **Revista de Geografia Norte Grande**, 39, p. 7-20, Santiago: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Chile, 2008;

PÁDUA, Rafael. Produção estratégica do espaço e novos produtos imobiliários. In: Carlos, Ana Fani A. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 145-163.

Outras bibliografias citadas durante o guia:

FREITAS, Guilherme O. O. **Projeto de Intervenção Urbana Ligação Leste-Oeste. Uma avenida para a cidade**. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

KAHIL, Samira. P. O Lugar de todo mundo: ponto de partida para o ensino de geografia. In: GRANVILLE, M. A. (Org.). **Sala de Aula: ensino e aprendizagem**. Campinas (SP): Papirus, 2008, p.301-314.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural. Uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009, Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 25-40.

PONTUSCHKA, Nídia N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. *In*: VESENTINI, José W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004, p. 249-288.

REPEP. O território do minhocão. *In*: **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019, p. 46-54.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *In*: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, p. 15 - 31, 2007.

Apêndice F

Programa de Educação Patrimonial – CPC USP

Coordenação: Profa. Simone Scifoni (Geografia FFLCH USP)

O programa de Educação Patrimonial do CPC USP engloba a definição de objetivos, o planejamento de ações e a previsão de processos de avaliação constante do trabalho desenvolvido no intuito de aprimorá-lo. Sua importância está relacionada à organização do processo pedagógico, orientando e norteando a ação dos educadores a partir de princípios e fundamentos teóricos coerentes e articulados.

Os princípios do Programa são:

4. A ação educativa é processo dialógico, que se faz no respeito à diversidade de olhares, de saberes e de narrativas possíveis dos diferentes sujeitos;
5. A ação educativa deve ser atividade crítica, portanto, tem como função essencial problematizar o patrimônio cultural, compreendendo seu sentido político e as disputas em torno da construção de uma memória oficial;
6. A ação educativa é processo de construção de conhecimentos, não sendo atividade meramente informativa ou de simples reprodução de conteúdos prontos e acabados, demandando, portanto, um fazer-se constante.

Dentro destes princípios e fundamentos do que deve ser a ação educativa na Casa de Yayá, destacam-se os seguintes objetivos:

- e) Sensibilizar os visitantes para a importância da proteção do patrimônio cultural, entendendo a Casa como um patrimônio da USP e do estado de São Paulo.
- f) Compreender a Casa da Yayá como suporte de valores culturais, ampliando e descentrando o olhar sobre o bem tombado para além de seus atributos arquitetônicos vistos em si mesmos;
- g) Promover e estimular a valorização da memória, tendo como elementos mediador a história de vida da Dona Yayá e a história do bairro do Bexiga.
- h) Estimular projetos pedagógicos das escolas voltados a compreensão do bairro como território educativo.

Ações do Programa Educativo:

5. Visitas mediadas a partir de roteiros estabelecidos;
6. Produção e atualização de material de apoio didático
7. Produção e renovação constante de recursos didáticos para qualificar a visita e o espaço expositivo;
8. Formação continuada de professores